



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 024 QUINTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2014

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p>Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p>1º Vice-Presidente Arlindo Chinaglia (PT/SP)</p> <p>2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p>1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p>2º Secretária Senadora Angela Portela (PT/RR)</p> <p>3º Secretário Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p>4º Secretário Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)</p>	
<p><u>Mesa do Senado Federal</u></p> <p>Presidente Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p>1º Vice-Presidente Jorge Viana (PT/AC)</p> <p>2º Vice-Presidente Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p>1º Secretário Flexa Ribeiro (PSDB/PA)</p> <p>2ª Secretária Angela Portela (PT/RR)</p> <p>3º Secretário Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p>4º Secretário João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Magno Malta (PR/ES)</p> <p>2º - Jayme Campos (DEM/MT)</p> <p>3º - João Durval (PDT/BA)</p> <p>4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)</p>	<p><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></p> <p>Presidente Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)</p> <p>1º Vice-Presidente Arlindo Chinaglia (PT/SP)</p> <p>2º Vice-Presidente Fábio Faria (PSD/RN)</p> <p>1º Secretário Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p>2º Secretário Simão Sessim (PP/RJ)</p> <p>3º Secretário Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p>4º Secretário Biffi (PT/MS)</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)</p> <p>2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)</p> <p>3º - Vitor Penido (DEM/MG)</p> <p>4º - Takayama (PSC/PR)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014	4
1.1 – ABERTURA.....	4
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada ao lançamento da Campanha Nacional “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”.	
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.2.2 – Interpretação da canção “Super-homem, a canção”, de Gilberto Gil, pela cantora Célia Porto e pelo violonista Rênio Quintas	
1.2.3 – Fala da Presidência (Senadora Vanessa Grazziotin)	4
1.2.4 – Oradores	
Deputada Elcione Barbalho	6
Senadora Gleisi Hoffmann.....	7
Senadora Marta Suplicy	8
Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Presidente do Superior Tribunal Militar.....	10
Deputada Jô Moraes.....	10
Deputada Maria do Rosário	11
Senadora Lídice da Mata.....	14
Deputada Nilmar Ruiz.....	18
Deputada Erika Kokay.....	20
Deputada Cida Borghetti.....	22
Senador Anibal Diniz.....	23
Srª Lúcia Rincon, Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres	25
Srª Bárbara Melo, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.....	26
Srª Olgamir Amância, Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do DF	27
Senador Inácio Arruda	28
1.3 – ENCERRAMENTO.....	29
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
2 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	30
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	36
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	40
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	42
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	43
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	44
Comissões Mistas Especiais.....	45
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	50
3 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	56
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	57
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	60
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	64

Ata da 27ª Sessão Conjunta, Solene, em 19 de novembro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência das Sras. Vanessa Grazziotin, Angela Portela e Jô Moraes.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 35 minutos e encerra-se às 13 horas e 11 minutos, no Plenário do Senado Federal.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada ao lançamento da Campanha Nacional *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Compomos a Mesa: eu, pela Procuradoria da Mulher do Senado Federal, e a Senadora Angela Portela, que é a única mulher da Mesa Diretiva dos trabalhos do Senado Federal e que deverá conduzir nossos trabalhos. Temos também, agora, a Deputada Jô Moraes, que é a coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional. Estamos aguardando ainda outras Parlamentares.

Desde já, quero convidar para compor a Mesa a Exma. Senadora Maria do Rosário, ex-Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos. *(Palmas.)*

Já está a caminho, segundo a informação que tivemos, a Senadora Ideli Salvatti, atual Ministra da Secretaria de Direitos Humanos. *(Palmas.)*

Convidamos ainda a Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Presidente do Superior Tribunal Militar, que também faz história, pois foi a primeira mulher a assumir a presidência de um tribunal superior *(palmas)*; a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado e Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra a Mulher, que analisou a violência contra a mulher, e foi presidida, com muita competência, pela Deputada Jô Moraes *(palmas)*; e a Senadora Marta Suplicy, que, sem dúvida nenhuma, é um símbolo da luta feminista em nosso País e também da luta pelos direitos humanos.

Quero, por fim, anunciar que registraremos a presença de todas as senhoras e de todos os senhores que aqui estão, como, por exemplo, a Sra. Rejane, que representa a Ministra Delaíde Miranda, do Tribunal Superior do Trabalho, que, por estar numa sessão, não pôde vir.

Agradeço e comunico a presença dos estudantes do Centro Educacional Expoente, de Santa Maria. *(Palmas.)*

Prosseguindo a presente sessão, convido todos para, em posição de respeito, de pé, ouvir o *Hino Nacional*.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Agora seremos brindados, todas nós e todos os presentes, com uma canção de autoria de Gilberto Gil. Ela será interpretada pela cantora Célia Porto, que terá o acompanhamento do violonista Rênio Quintas.

Célia Porto cantará *Super-Homem, a Canção*.

(Procede-se à execução da música Super-Homem, a Canção.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Muito obrigada aos nossos artistas, que de forma extremamente gentil cantaram uma belíssima canção de Gilberto Gil.

Obrigada, Célia; obrigada, Rê.

Senhoras e senhores presentes a esta nossa sessão solene que trata dos 16 Dias de Ativismo, estamos iniciando aqui a Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Se, por um lado, apraz-me saber que o tema da violência de gênero já é hoje amplamente discutido em todas as classes sociais; por outro, é inevitável reconhecer que milhões de meninas e mulheres ainda são submetidas diariamente a todo tipo de agressão apenas por razão de seu sexo.

Dados das Nações Unidas mostram que pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante a vida.

No Brasil, 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica, perpetrada por pessoas próximas, por agressores que se valem da confiança de suas vítimas. Essa mesma violência doméstica é a principal causa

de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade. Ela chega a matar mais do que muitas doenças, como câncer ou até mesmo acidentes de trabalho.

Entre os anos de 2001 a 2011, estima-se que tenha havido pelo menos 50 mil assassinatos de mulheres no Brasil decorrentes de conflitos de gênero – os chamados feminicídios. O dado é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Senhoras e Senhores, o óbito é a expressão maior da violência contra as mulheres e, normalmente, é resultado de uma escalada de agressões que envolvem abusos físicos, emocionais e até coações sexuais. Ainda segundo o IPEA, entre 2009 e 2011, houve em média 5.664 mortes de mulheres por causas violentas a cada ano. Isso significa dizer que foram 472 por mês, 15 a cada dia. De forma ainda mais clara, a cada hora e meia morreu uma mulher vítima da violência no Brasil.

Não são poucos, portanto, os dados que comprovam a necessidade de mantermos o combate à violência contra as mulheres na agenda pública. E é isso que estamos perseguindo aqui hoje. E o fazemos todos os anos, todos os dias.

Em 1991, mulheres de diferentes países lançaram uma campanha pelo fim das agressões ao gênero feminino. O período escolhido é bastante simbólico. Os 16 dias de Ativismo marcam o intervalo entre 25 de novembro, Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres, e 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Hoje, 130 países participam desse esforço e realizam ações de mobilização pelas mulheres. O Brasil uniu-se a esse movimento em 2003 e fez mais: antecipou o início da campanha para amanhã, 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. As razões são mais do que evidentes: as mulheres negras são historicamente discriminadas e as maiores vítimas da violência de gênero. Entre 2009 e 2011, 61% dos feminicídios vitimaram mulheres negras. Elas foram as principais vítimas em todas as Regiões do País, com exceção apenas da Região Sul.

Há 8 anos, o nosso País conquistou uma das leis mais importantes e talvez hoje a mais conhecida em todo o território nacional, a Lei Maria da Penha. Esta lei instituiu mecanismos claros de proteção ao gênero. Mais que isso, a lei deu nome para a luta contra a opressão a que estão submetidas diariamente nossas mulheres. O impacto dessa medida, no entanto, poderia ter sido ainda maior. As taxas anuais de mortalidade, a cada 100 mil mulheres, passaram de 5,28, nos cinco anos anteriores à lei, para 5,22, nos cinco anos imediatamente posteriores. O decréscimo, como a gente vê, ainda é muito sutil. A sociedade espera uma mudança muito mais expressiva.

Tem havido avanços na legislação de muitos países para assegurar uma vida legítima e mais digna às mulheres. Um levantamento feito pelas Nações Unidas em 139 países demonstra que dois terços deles dispõem de legislação para o enfrentamento da violência contra as mulheres, mas as normas variam muito em termos de abrangência e de rigor. Em vários deles, o estupro conjugal, por exemplo, não é considerado crime.

O triste é constatar que, apesar do grande avanço advindo da Lei Maria da Penha, outro estudo do IPEA, divulgado recentemente, denominado *Violência contra a Mulher: feminicídios no Brasil*, apurou que a lei não reduziu a morte de mulheres por violência. Os autores dos crimes geralmente são parceiros ou ex-parceiros, seguindo a tendência mundial.

Ora, certamente esses dados, que poderiam mostrar-se desanimadores, não desmerecem, em hipótese alguma, a Lei Maria da Penha. Observa-se que o número de denúncias tem aumentado, porém ainda nos deparamos com um grande obstáculo que beneficia os agressores: a impunidade.

Outro fator que desestimula as vítimas que poderiam denunciar é que o Poder Judiciário processa os casos com muita lentidão. E há juízes que expõem todo o seu preconceito e machismo, preferindo as tentativas de conciliação, apesar da evidência dos abusos sofridos pelas mulheres no lar.

Nesse contexto, a CPMI da Violência Contra a Mulher apresentou propostas que permitem o enfrentamento dos vários tipos de violência pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entre eles, eu gostaria de citar um, porque a maioria dos projetos apresentados pela CPMI já foram aprovados aqui no plenário do Senado Federal – não é, Senadora Angela Portela? – e estão aguardando a decisão da Câmara dos Deputados. Aqui nós temos o PLS 292/2013, oriundo da CPMI da Violência contra a Mulher. Esse projeto institui o feminicídio como qualificador do crime de homicídio.

O que significa feminicídio? A mulher que sofre violência apenas pela razão de ser mulher. Essa tipificação já faz parte da legislação de vários países ao redor do mundo, e aqui, no nosso continente, com o apoio fundamental da ONU Mulheres. A tipificação do crime é o reconhecimento de que mulheres são mortas pela razão de serem mulheres, evitando com isso interpretações jurídicas anacrônicas, como a do tal crime passional.

A proposta já foi aprovada na CCJ. A Relatora é a Senadora Gleisi Hoffmann. Senadoras Marta Suplicy e Angela Portela, a partir desta sessão, nós iremos dialogar com o Presidente Renan Calheiros para que, neste período de luta e de ativismo contra a violência contra a mulher, nós possamos ver mais um projeto aprovado no plenário da Casa: desta vez é a tipificação do feminicídio.

Por fim, que este período da Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres* sirva para fazer germinar novas sementes de compreensão e reconhecimento do valor das mulheres, para que o respeito e a eliminação das desigualdades se concretizem no menor espaço de tempo possível, pondo fim também aos episódios de violência – sem dúvida nenhuma, um cancro social que está difícil de extirpar.

Com estas palavras, eu quero trazer – eu e a Senadora Angela Portela – o abraço do Senador Renan Calheiros, que se programou para abrir a presente sessão do Congresso Nacional, mas infelizmente, por causa de uma próxima sessão do Congresso Nacional que teremos depois desta sessão solene, S.Exa. está neste momento em reunião com todos os Líderes do Congresso Nacional. Mas ficam aqui também as palavras e o pensamento da Presidência da Casa, do Senador Renan Calheiros. *(Palmas.)*

Eu agora estou vendo um número significativo e muito importante de Deputadas. Vou passar imediatamente a direção dos trabalhos a uma delas que no honra. A primeira, nesta Legislatura, foi a Senadora Marta Suplicy, a Primeira Vice-Presidente, e hoje nós temos a Senadora Angela Portela. Então, quero passar a direção dos trabalhos à Senadora Angela Portela. E é assim, a gente tem que lutar muito para ter pelo menos uma mulher na Mesa da Câmara e na do Senado também.

Muito obrigada.

A Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Angela Portela, 2ª Secretária.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora da Mulher no Senado Federal.

Quero convidar para fazer parte da Mesa a Deputada Elcione Barbalho, que é Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Quero anunciar também a presença das Deputadas Keiko Ota, Luciana Santos, Nilmar Ruiz, Rosinha da Adefal, Maria do Rosário, Marinha Raupp e Fátima Pelaes.

Obrigada a todas pela presença.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Passo a palavra agora à Deputada Elcione Barbalho, Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados.

A SRª ELCIONE BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero iniciar cumprimentando a nossa querida amiga Vanessa Grazziotin, nossa Senadora e Procuradora da Mulher no Senado Federal; a Deputada Jô Moraes, que coordena a bancada feminina na Câmara dos Deputados; a Ministra Elizabeth Rocha – seja bem-vinda a esta Casa sempre! —, Presidente do Superior Tribunal Militar; a querida amiga e companheira Marta Suplicy; Ana Rita, brava Senadora, que luta em defesa da mulher; a querida amiga Senadora Angela Portela; e, de volta a esta Casa, a nossa querida amiga Deputada Maria do Rosário.

Sras. e Srs. Parlamentares, hoje é um dia em que afirmamos o compromisso de combater e erradicar todas as formas de violência. E combater desde aquelas que se revelam de forma tão cruel – como a violência doméstica, o estupro, o assassinato, o tráfico sexual ou a exploração sexual, sob todas as formas – até outras com conteúdos mais disfarçados, porém igualmente dolorosos e igualmente inadmissíveis, como a discriminação no trabalho, no salário, a educação discriminatória, a falta de oportunidades e, sobretudo, a baixa autoestima decorrente da violência.

Os crescentes dados da violência contra a mulher no Brasil não nos permitem arrefecimento. E a única forma de coibi-la é exigir o cumprimento da lei, é denunciar e ter a certeza de que o agressor vai para a cadeia, vai cumprir pena, vai ser privado da liberdade.

Não há fórmula mágica: a certeza da punição é o mais importante – se não o principal – instrumento de que a mulher dispõe.

O combate à violência contra a mulher exige ações integradas em diversos níveis, áreas e instâncias. Como problema público, exige políticas públicas decididas e devidamente apoiadas.

Para isso, a parceria entre os Três Poderes é vital. A luta é de todos, em todas as esferas de governo e de organização da sociedade.

A ação integrada entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, além do Ministério Público, entre tantas entidades que se unem para o enfrentamento deste flagelo, revela a união de esforços no combate à violência contra a mulher.

A agressão contra as mulheres faz parte de uma construção histórica que traz em seu seio estreita relação com as categorias de gênero, classe e raça, e suas relações com o poder.

O combate a esse fenômeno, no entanto, não é função exclusiva do Estado. A sociedade também precisa se conscientizar sobre sua responsabilidade, não aceitar conviver com esse tipo de violência, pois, ao se calar, ela contribui para a perpetuação da impunidade.

A violência contra a mulher desencadeia desequilíbrios nas ordens econômica, familiar e emocional. Por isso, devem ser também incansáveis os esforços para assegurar a autonomia da mulher, assegurar o tratamento igualitário em todas as formas, defender as mesmas oportunidades e ampliar a política antidiscriminação.

Reforçar a autonomia e combater a violência é foco de nossas mobilizações pelo Brasil e também pelo mundo. A violência contra a mulher é um problema de todos e não apenas das mulheres. Unidos todos nesse esforço e nessa mobilização, homens, mulheres, jovens, idosos, pessoas de todas as raças, de diferentes crenças, alcançaremos o direito de viver de forma digna, cidadã e igualitária.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Deputada Elcione Barbalho.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo /PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todas as presentes, bom dia às componentes da Mesa, Senadoras e Deputadas.

Serei rápida. Pedi a palavra à Senadora Angela Portela apenas para informar a este Plenário e às companheiras que estão presentes sobre uma votação que acabamos de fazer na Comissão de Constituição e Justiça de um projeto da Senadora Marta Suplicy, relatado pelo Senador Paulo Paim, que acrescenta, entre os objetivos da assistência social, o amparo à mulher vítima de violência.

Esse projeto vai, com urgência, para o plenário, Senadora Marta Suplicy. Eu espero que a gente consiga aprová-lo, ainda, nesta Sessão Legislativa, porque ele faz muita diferença nas políticas públicas que nós podemos desenvolver para as mulheres.

Não vou falar aqui do projeto, porque a Senadora Marta Suplicy, com certeza, vai falar. Mas eu gostaria de agradecer aos Senadores da Comissão de Constituição e Justiça, em particular ao Senador Vital do Rêgo, que fez questão de pautar esse projeto hoje, exatamente para que pudesse reforçar a nossa pauta, o nosso empenho na Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Peço desculpas às companheiras presentes, pois não vou poder ficar na sessão. Nós estamos em sessão da CCJ, ainda com uma pauta muito extensa e vários itens polêmicos, mas eu não podia deixar de vir a este plenário dar esta notícia a vocês, porque eu a considero de grande relevância, tanto na Comissão de Constituição e Justiça quanto, com certeza, também no Senado Federal.

Parabéns, Senadora Marta Suplicy! Parabéns a todas nós, mulheres, pela luta que fazemos na mudança de nossa legislação com o objetivo de enfrentar a violência!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Nós gostaríamos de agradecer a presença aqui da representante do Tribunal Superior do Trabalho, Sra. Rejane Alves da Silva Brito, e da representante da Justiça, a Coordenadora-Geral de Ações de Prevenção em Segurança da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Sra. Beatriz Cruz da Silva.

Queremos também registrar a presença do Coordenador do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Juiz Ben-Hur Viza.

Também registramos a presença da Sra. Aparecida Gonçalves, representante da Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que deve chegar logo mais.

E registramos ainda a presença da Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres, Sra. Lúcia Rincon; da Presidente do Conselho Nacional de Juventude, Sra. Ângela Guimarães; das Sras. Embaixadoras e membros do corpo diplomático, oficiais e militares.

Muito obrigada a todos pela presença.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Quero agora convidar para fazer uso da palavra a Ministra Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Senadora Marta Suplicy. Nossa Ministra da Cultura até há poucos dias, agora nossa Senadora, que é muito bem-vinda ao Senado Federal.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar as minhas caras companheiras, a Sra. Presidente, as signatárias da presente sessão, a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Angela Portela, a Deputada Federal Jô Moraes, a Deputada Federal Maria do Rosário, a Senadora Ana Rita; a Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha; a Deputada Federal Elcione Barbalho, a Deputada Federal Keiko Ota, a Deputada Federal Nilmar Ruiz; a Sra. Rejane Alves da Silva Brito, representando a Ministra do TST; a Sra. Beatriz Cruz da Silva, representando o Ministro da Justiça; o Sr. Juiz Ben-Hur Viza, Coordenador do Centro de Resolução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do DF; a Sra. Aparecida Gonçalves, representando a Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci; a Sra. Lúcia Rincon, Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres, a Sra. Ângela Guimarães, Presidente do Conselho Nacional da Juventude; os senhores embaixadores e os membros do corpo diplomático.

Primeiro, quero cumprimentar os organizadores da Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres* e parabenizar essa iniciativa, que hoje abrange 150 países. Não é pouca coisa. É uma iniciativa de caráter global que, desde 1991, tem desempenhado essa função de enfrentar, em todos esses países, as diversas formas de violência contra as mulheres.

No Brasil, como foi mencionado, o marco fundamental dessa luta, marco que hoje é falado em todo o mundo, inclusive, como um emblema da luta contra a violência contra a mulher, é a Lei Maria da Penha. Ela foi feita no Governo Lula, e nós temos feito uma diligência grande para que ela tenha uma maior efetividade.

Ao mesmo tempo, a aplicação dessa lei depende de fatores, e o primeiro deles é o engajamento da sociedade no combate à violência doméstica. Isso é fundamental, porque, enquanto for aquela história de que, *“em briga entre marido e mulher, não se mete a colher”*, nós não caminhamos. A lei já mudou enormemente esse panorama no Brasil, mas isso ainda existe. Essa consciência é cada vez mais clara – e é muito bom podermos dizer que essa lei teve uma consequência extraordinária —, mas nós ainda temos muito a caminhar.

Por parte do Estado, é preciso ter uma rede de apoio às vítimas, como também policiais que apurem inquéritos, e que estes sejam levados adiante, de modo a intensificar a atuação das Delegacias da Mulher e a encorajar a mulher a sair dessa situação em que vive.

Eu destaco ainda a disposição das autoridades judiciárias em cada caso, de forma a manter a credibilidade da Justiça no País; uma Justiça que tem que agir e tem que punir. Isso é fundamental para qualquer lei poder pegar. Nós temos caminhado nisso, mas tem que estar sempre em mente esse esforço.

Eu tive a oportunidade de compor a CPMI da Violência contra a Mulher, criada em 2012. E quero aproveitar essa brecha para dizer do trabalho extraordinário da Senadora Ana Rita, que percorreu este País incansavelmente (*palmas*), ouvindo dezenas de depoimentos em todos os Estados, ouvindo coisas de arrepiar o cabelo e que saiu muito fortalecida nessa luta. Eu fui a poucas dessas reuniões, mas, quando a Senadora Ana Rita chegava aqui, ela nos contava as coisas, e dávamos muita força para ela continuar essa luta. É uma coisa que se escuta aqui e ali, chegando até a ser normal, em alguns lugares, o tratamento contra a mulher; o tratamento como se deu com a Lei Maria da Penha, até o tratamento que diminui tanto a mulher que sua autoestima passa a não existir, e ela fica num estado de vulnerabilidade desastroso para toda a família e para ela própria.

A CPMI foi vitoriosa no sentido de que realmente se pôde fazer um diagnóstico, que resultou em 13 projetos de lei, entre os quais: o que insere o feminicídio como qualificador do homicídio; o PLS 295, que garante o atendimento especializado no SUS às mulheres vítimas de violência; e o PLS 294, que exige rapidez na análise do pedido de prisão preventiva para os agressores. Isso é muito importante, porque muitas vezes, quando se ia analisar o caso – e não vamos nem descrever a situação da mulher, se tivesse sobrevivido —, ela não estava mais viva para receber o benefício da lei.

A Senadora Gleisi Hoffmann mencionou que hoje foi votada, na CCJ, uma PEC de minha autoria, junto com outros Senadores, que pretende acrescentar, entre os objetivos da assistência social, o amparo à mulher vítima de violência.

Eu estava mencionando a autoestima. A assistência social já presta um serviço especial a idosos e a deficientes físicos. Idoso é idoso; deficiente físico é deficiente físico. A maioria está numa situação de permanência, porque idoso não fica mais jovem; deficiente físico, muitas vezes, não tem possibilidade de melhorar aquela deficiência. Quanto à mulher vítima de violência, temos que lembrar que ela é uma pessoa que fica semanas, meses e anos destrocada, mas essa mulher tem recuperação.

A importância desse projeto é podermos dar uma assistência a essa mulher que vive numa vulnerabilidade extraordinária e resgatá-la para a vida, resgatar a sua autoestima, resgatar o seu papel, para ela própria ser alguém, mostrando que ela é merecedora de respeito. Depois de anos apanhando, essa mulher não se acha mais nada, e a assistência do Estado tem que dar tanta importância à mulher vítima de violência quanto dá para o idoso e para o deficiente.

Fiquei muito feliz que o Senador Vital do Rêgo pôde ter essa sensibilidade de, nesta semana, colocar esse projeto em votação, e os Senadores o aprovaram.

Também quero falar do machismo que hoje ainda impera no Brasil. Eu sou do Estado de São Paulo. Vocês, volta e meia, leem nos jornais, na Internet, o que ocorre na USP: estupros, estupros e estupros. E não se faz nada! E o que as moças têm dito reservadamente? Que não podem falar, que são aconselhadas a não fazer denúncia, com o intuito de não manchar a reputação, a imagem da instituição. Isso tem sentido, gente? É uma coisa insana! Nós temos que exigir, sim, que a Universidade tome providências, porque é inaceitável acontecer um estupro a cada tantos dias, a cada tantas semanas, como é corriqueiro hoje. Isso é que mancha a instituição, e não a denúncia, o policiamento e o que tem que ser feito! (*Palmas.*)

Refiro-me agora a algo mais sutil, mas temos que brigar por isto também. Vocês viram o que ocorreu aqui, no Distrito Federal? E resultou numa campanha, o que eu achei muito bom. Um policial militar utilizou a sua página na rede social para agredir moralmente modelos *plus size*, modelos gordinhas. No *post*, ele as chama de leitoas e criaturas bizarras, o que reflete o resquício da sociedade machista a que as mulheres estão submetidas. Nós não podemos admitir isso, porque começa assim e depois continua de formas tão ou mais graves.

Eu sou psicanalista, psicóloga, e sei que ser tratada assim pela sociedade é tão grave quanto levar um tapa físico, minha gente! É tão desmoralizador para a mulher quanto levar um empurrão, sofrer um crime de racismo ou de homofobia. É uma coisa muito dura, que não podemos admitir: “Ah, chamou de gorda, chamou de baleia”. Não, não pode! Não podemos aceitar isso!

Nós conversávamos ali na mesa sobre dados do IPEA que me chamaram a atenção. Eu rascunhei umas coisas, e acho importante a gente pensar. A Lei Maria da Penha não diminuiu mortes nem agressões. É uma tristeza pensar nisso, mas não tão surpreendente, porque ter informação não muda comportamento. Eu vi isso durante anos, trabalhando na questão da AIDS. Se você só dá a informação sobre como se pega a doença e não ensina a moça a dizer não, não adianta nada! Ela sabe que pode pegar, mas o namorado insiste, e aí vai.

Então, é mais complexo do que só dar a informação. E é mais complexo ainda o entendimento, porque a pena foi criada. Não havia uma pena antes da Lei Maria da Penha. Agora tem uma pena forte, que é cumprida. A lei está lá, as mulheres exigem que seja aplicada, mas não diminuiu a agressão e não diminuíram as mortes.

Isso é muito sério, e temos que fazer a reflexão que vou fazer agora. A primeira coisa: nós temos que trabalhar a cultura e a mentalidade. E onde primeiro se faz isso? Nas famílias. O maior exemplo para uma criança é como o pai trata a mãe e como a mãe trata o pai. O primeiro tapa que essa criança vê o pai dar na mãe, o primeiro xingamento, a primeira desqualificação, isso tudo vai sendo introjetado aos poucos. Quando adulto, ele passa a tratar assim a sua namorada, talvez mais disfarçadamente; mas quando casa, quando tem uma união mais estável, passa a repetir os comportamentos que via como coisa normal na sua família. Mas para isso não tem lei, gente! Isso vai mudar como mudou em relação ao serviço doméstico.

Aos poucos, as famílias foram entendendo que os maridos tinham que ajudar na cozinha, para que os filhos pudessem aprender a ajudar na cozinha. Há 30 anos, quando eu falava isso no programa *TV Mulher*, era um escândalo. Imaginem um homem na cozinha? Hoje, com os casais jovens, já está todo mundo na cozinha, o pai faz questão de trocar fralda, e aí vai.

Essa é uma questão que precisa ser trabalhada na sociedade. Mas como, se ela não pode ser trabalhada em lei? E mesmo porque a gente já viu que lei às vezes não adianta muito. Então, temos que trabalhar essa mudança na televisão, com propaganda. Pode-se fazer propagandas muito interessantes. Temos que trabalhar nas novelas, porque não há nada hoje no Brasil que tenha o peso de uma novela. Na novela, você cria o fato e pode mostrar as consequências. Ali se pode tratar o assunto de forma didática e novelesca, porque isso os autores sabem fazer muito bem, e ensinar! As novelas, hoje, no Brasil, têm um papel extraordinário, e tiveram um papel pioneiro no sentido de combater a homofobia. Hoje, as novelas mostram vários tipos de homossexuais. A gente ainda tem que sair de alguns estereótipos, eu concordo, mas, há 30 anos, a homossexualidade não era um tema de que se falava nas famílias. Agora a TV pode fazer isso.

Nós temos que procurar esse apoio. Podemos fazer uma comissão de Senadoras e Deputadas para conversar com roteiristas, para inserir o tema, porque isso se faz. Eles têm a maior boa vontade e sabem fazer de um jeito que não fique chato, de um jeito que as pessoas assimilem. Essa é uma forma interessante, e depois nós podemos levar às escolas também.

As escolas são fundamentais, porque têm muitos instrumentos: podem usar psicodrama, podem usar filmes, podem estabelecer discussões. Mas, primeiro tem que haver um trabalho com o professorado, porque o professorado é contaminado, também, por tudo que a gente vê, como nós todos somos. Eles têm que ter uma formação, tem que haver uma discussão. Não precisa ser nada muito longo, mas tem que se aprofundar a discussão, para poder passar o assunto aos alunos.

A escola é, na minha opinião, o instrumento fundamental. E às vezes nós nos esquecemos disso, como ocorre com a questão da educação sexual nas escolas. Faz parte do mesmo pacote, pois quando você fala sobre educação sexual na escola, fala do prazer à concepção, fala sobre como se proteger, como dizer “não”, como dizer “sim” com responsabilidade, e sobre como exigir respeito. Isso precisa ser ensinado, porque a maioria das crianças às vezes até tem uma ideia do assunto, mas isso tem que ser desenvolvido em sala de aula.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Parabéns, Senadora Marta Suplicy, pelo excelente pronunciamento.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Queremos registrar a presença da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, na pessoa da Assessora Legislativa Sheila Tussi Cunha Barbosa, e de Katia Cubel, profissional de Comunicação do TSE.

Muito obrigada pela presença.

Queremos registrar também a presença, até bem pouco tempo entre nós na Mesa, da Senadora Ivonete Dantas.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora para fazer uso da palavra a Exma. Sra. Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Presidente do Superior Tribunal Militar. (Palmas.)

A SRª MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA – Bom dia, senhoras e senhores, bom dia a todos e a todas.

Exma. Sra. Senadora Angela Portela, Presidente desta sessão, Exma. Sra. Senadora Vanessa Grazziotin, Sras. e Srs. Parlamentares, em nome de quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes, coibir a violência contra as mulheres é concretizar direitos fundamentais e combater um dos mais nefastos crimes, que custa hoje ao Brasil 10,5% do seu PIB, segundo o relatório da CEDAW.

Lamentavelmente, a morte ainda tem nome de mulher.

Eu parabeno o Congresso Nacional pelo lançamento da relevante Campanha Nacional *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher*. Afinal, como dizia Simone de Beauvoir, não basta nascermos mulher, havemos de nos reconstruir. Sem dúvida, essa campanha é um movimento de reconstrução que agrega mulheres de 130 países, mulheres valorosas, combativas e incansáveis na luta pela igualdade de gênero, que nada mais é do que a igualdade entre humanos e seu respeito.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Ministra.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora para uso da palavra a Deputada Jô Moraes, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria cumprimentar toda a Mesa, simbólica Mesa, nas pessoas da Presidenta desta sessão, Deputada Angela Portela; da nossa querida Relatora da CPMI da Violência contra a Mulher, Senadora Ana Rita; da nossa Senadora Vanessa Grazziotin, autora do requerimento, que já se pronunciou aqui; da nossa Senadora Marta Suplicy; da nossa Senadora Ivonete Dantas; e da nossa querida Deputada Maria do Rosário, juntamente com as Deputadas Nilmar Ruiz, Keiko Ota, Rosinha da Adefal, Marinha Raupp, Fátima Pelaes e Luciana Santos.

Eu queria dar um abraço especial na nossa querida Katia Cubel, Assessora do Tribunal Superior Eleitoral, porque ela estava na assessoria quando lançamos a importante campanha, aqui anunciada pelo Ministro Marco Aurélio Mello, da participação da mulher nos meios de comunicação. Aquilo representou uma conquista. E ao ser lançada nesta Casa, nós estávamos garantindo que os aliados, homens, pudessem reforçar a nossa luta.

Um abraço muito especial, pelo simbolismo, à Ministra Elizabeth. Compareci a uma das sessões do Superior Tribunal Militar, onde só havia homens. E ela, ao se dirigir à Presidência, fez questão de cumprimentar individualmente cada Ministro ali representado.

Um abraço especial também às Oficiais da Marinha e da Aeronáutica, que são minoria nas corporações a que se alistam, mas são maioria na presença, na competência e na dedicação ao País. (Palmas.)

Eu queria apresentar para vocês três questões. A primeira é que, neste momento, nós estamos aqui para reafirmar o compromisso de todas as instituições presentes de que estaremos no combate permanente contra essa epidemia social que se tornou a violência doméstica, a violência sexual contra as mulheres.

Por incrível que pareça, os primeiros sinais públicos se deram nos anos 80, quando foi para as ruas a campanha *Quem ama não mata*. Ali, colocava-se publicamente uma chaga que até naquele momento era restrita às quatro paredes dos lares deste País. Trinta e quatro anos depois, após uma longa trajetória de luta e de conquistas, nós estamos aqui para pedir que se aprovem leis, que se criem equipamentos sociais, que se ga-

rantam recursos financeiros, que se tenha um orçamento especial para que essa chaga denunciada nos anos 80 possa ser cada vez mais diminuída.

Temos compromissos a pagar. Particularmente a Câmara dos Deputados ainda não aprovou 11 dos 13 projetos aprovados no Senado Federal. Eles ainda precisam ser apreciados.

Estamos em novembro, e é preciso que a Câmara dos Deputados compreenda que isso é parte da construção do País, parte do combate à violência cotidiana que assalta as ruas. É preciso responder com agilidade às demandas sociais e a esse sofrimento.

Por último, quero lembrar que estive em um debate, Senadora Angela Portela, na Universidade Federal de Minas Gerais, quando uma jovem me questionou: *“Mas, Deputada, por que vocês só cuidam da repressão? Vocês discutem a Lei Maria da Penha, e é fundamental que ela seja cada vez mais especializada, aperfeiçoada, e que sejam construídos equipamentos para que ela seja implementada. Mas eu não escuto da parte de vocês uma discussão mais efetiva e mais desenvolvida sobre a prevenção”*.

E, de repente, nós tomamos consciência de que poucas medidas são tomadas para que se enfrente, sobretudo culturalmente e também do ponto de vista da impunidade, com eficácia, uma política de prevenção à violência doméstica e sexual.

É evidente que nós temos que construir um enfrentamento cultural. A Senadora Marta Suplicy deu ideias muitos interessantes, e temos que comprá-las, abraçá-las e discuti-las com a mídia e com os meios de comunicação, que são reprodutores de estereótipos.

Nós devemos tentar ganhar a grande mídia para nos tratar, sobretudo, não como motivo de beleza ou objeto de admiração e de satisfação sexual, mas como cidadãs capazes, dedicadas e inteligentes. Temos que ser tratadas dessa forma.

Devemos também, cotidianamente, fazer com que um Prefeito, de repente, coloque luz em uma rua onde há eventos de violência permanentemente. Devemos fazer com que aqueles instrumentos orientadores do trânsito permitam que um motorista de ônibus pare fora do ponto para que aquela mulher que vem do trabalho ou da escola possa ter uma descida com cautela e com atenção.

Eu queria concluir fazendo um alerta. Nós temos que entender que é preciso um enfrentamento decisivo para que não tenhamos nenhum retrocesso nas políticas de proteção à mulher até agora conquistadas.

Quero dizer, Senadora Angela Portela, que, na Câmara dos Deputados, existe um decreto legislativo que quer anular a orientação do Ministério da Saúde para que a mulher, vítima de estupro, vítima de violência sexual, tenha a sua proteção atendida no Sistema Único de Saúde.

Anular essa política, para que ela tenha acesso a todos os mecanismos que evitam doenças sexualmente transmissíveis, como a pílula do dia seguinte, que tenha uma atenção que seja prevista no IML, é estimular a violência sexual contra as mulheres! (*Palmas.*)

Por isso, eu quero, neste 25 de novembro que se aproxima, que nesses 16 dias, para além de aperfeiçoar todas as nossas políticas e ampliar cada vez mais a proteção e os recursos para a mulher vítima de violência doméstica e de violência sexual, estejamos atentas, para não permitir nenhum direito a menos, nenhuma política conquistada a menos.

Pela luta, pelo Estado laico, pelo combate ao preconceito e à intolerância, as mulheres estarão atentas. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Parabéns, Deputada Jô Moraes.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora para fazer uso da palavra a Deputada Maria do Rosário, ex-Ministra da Secretaria de Direitos Humanos.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exma. Sra. Presidente desta sessão, Senadora Angela Portela; Exma. Sra. Senadora Ana Rita, Relatora da Comissão que atuou no enfrentamento da violência contra as mulheres brasileiras; Exma. Sra. Deputada Federal Jô Moraes; Exma. Sra. Ministra Presidenta do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, cujo trabalho faço questão cumprimentar, pela coragem e pioneirismo de sua atuação no Superior Tribunal Militar; senhoras e senhores, em especial as senhoras que aqui representam organizações de movimentos de mulheres, entre as quais destaco a UBM – União Brasileira de Mulheres, e organizações estudantis como a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, aqui presente; assessorias; representantes do Governo Federal; oficiais da Marinha e da Aeronáutica —destaco as gerações jovens, pelo pioneirismo na ocupação, de forma tão competente, desses espaços nas Forças Armadas Brasileiras.

Ao participar da Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher*, estamos participando de um movimento mundial.

Como não lançar o nosso olhar, a nossa preocupação, e nos sentir hoje irmanados a todas as mulheres do mundo, em especial às meninas e às mulheres que estão sequestradas em algumas regiões por grupos

fundamentalistas; às meninas e às mulheres que sofrem diante de circunstâncias de guerra, de uma arma de guerra terrível, um crime contra a humanidade, que é o estupro; às meninas e às mulheres que vivenciam a condição de refugiadas; às migrantes, às mulheres que trilham o mundo para defender seus filhos e suas filhas da violência?

A essas mulheres, em todos os lugares do mundo, o nosso olhar, o olhar do Brasil de reconhecimento dessa causa mundial, que mereceu, em 1995, em Beijing, uma agenda que constituiu um marco de trabalho global para os direitos das mulheres. Entre várias questões, duas devem mobilizar-nos também nos 16 dias de Ativismo no Brasil, e com dedicação total. De um lado, o enfrentamento da violência, que aqui, como no mundo inteiro, marca a necessidade desses *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres* e as meninas; e de outro, em outro braço de trabalho fundamental, o tema do empoderamento, o tema da participação, a afirmação de que a cidadania e os direitos das mulheres são construídos na exata medida da nossa participação nas estruturas de poder e no nosso reconhecimento igualitário em todas as esferas da vida humana: no mundo do trabalho, na convivência familiar e comunitária e também nas estruturas de poder, nos parlamentos, nos tribunais, nos poderes constituídos, em todos os lugares.

Há aspectos que devem chamar nossa atenção de forma direta nesses 16 dias de enfrentamento à violência. Nossos desafios e as conquistas que obtivemos já foram citados pela Deputada Jô Moraes, pelas Senadoras Vanessa Grazziotin, Gleisi Hoffmann e Marta Suplicy, e pela Presidenta do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha. Cada uma das que ocupou a tribuna nesta manhã destacou conquistas e desafios.

Sobre a presença das mulheres neste Parlamento, no Senado Federal, Presidente Angela Portela, e na Câmara dos Deputados, ainda que nós tenhamos bancadas reduzidas, se analisarmos proporcionalmente a representação – e não é alvissareira, não é significativamente maior a presença das mulheres na legislatura que se avizinha, na legislatura que se inicia em 2015, fruto das eleições deste ano, e em termos numéricos nós temos sido poucas mulheres, e representamos a maioria do eleitorado brasileiro na luta pelos direitos de mulheres e de meninas no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais —, nossa presença não tem sido menor na afirmação de direitos. É fruto deste Parlamento a Lei Maria da Penha, fruto deste Parlamento e resultado de CPIs eficazes como a relatada pela Senadora Ana Rita – como muito bem destacou a Senadora Marta Suplicy —, que trilhou o Brasil ouvindo as mulheres e constituindo nexos de empoderamento para que as mulheres e as meninas brasileiras fossem as principais agentes da transformação.

Nasce da violência cometida contra Maria da Penha, a mulher, a lutadora, a ativista, uma lei que carrega o seu nome, porque as leis que tratam do poder das mulheres e que constituem políticas públicas contra a violência, como a batizada com o nome de Maria da Penha, poderiam ter o nome das mulheres brasileiras todos os dias machucadas, humilhadas, assassinadas. Isso precisa de um basta.

Eu me refiro, Deputada Jô Moraes, a essa relação entre empoderamento das mulheres e superação da violência, porque essas relações são imbricadas, são relações articuladas. Nós precisamos da força das mulheres que aqui não se encontram, da força das mulheres que estão nas periferias urbanas lutando por seus filhos. Quando citamos as mulheres negras, pensemos que elas, de um lado, são vítimas da violência e, de outro lado, sofrem a violência de ter seus filhos exterminados nas periferias urbanas. Então, quando nós lutamos pela aprovação de projetos de lei que dizem respeito diretamente às mulheres que sofrem violência no ambiente familiar, doméstico, em qualquer lugar, nós devemos lutar também pela aprovação do marco legal, da legislação que põe fim aos autos de resistência, onde muitos jovens negros das periferias urbanas têm encontrado o caminho da morte. Eles são filhos dessas mulheres que, além de sofrer violência na própria pele, também sofrem, penam, choram por seus filhos que nunca voltarão para casa. Hoje há uma legião de mães, há uma legião de pais, há uma legião de famílias que vivenciam o despedaçamento de suas vidas, o despedaçamento de sua identidade familiar em razão da morte de seus jovens.

Portanto, hoje, se nós temos uma agenda específica contra a violência que atinge as mulheres, devemos focar também numa agenda contra todas as formas de violência, porque são os nossos filhos, são os nossos jovens, são as nossas crianças que não voltam para casa depois de uma festa, são as nossas crianças que saem da escola noturna e não chegam em casa porque foram vítima da violência motivada pelo racismo, pela homofobia, pela lesbofobia, pela intolerância de todo tipo.

Eu quero, portanto, agregar aos projetos de lei da CPI a prioridade da votação de todas essas matérias, porque, como mulheres, sentimos a violência de um modo especial, porque sofremos quando ela nos atinge diretamente, e nossos filhos também sofrem quando a violência atinge a mulher dentro de casa. A violência não é só contra a mulher, ela é também contra os jovens, por isso precisa ser enfrentada na sua cultura global.

Este País não pode mais aceitar que 50 mil pessoas sejam assassinadas todos os anos vítimas do feminicídio, que deve ser tipificado, como aqui foi agendado, e não pode mais aceitar tantas vítimas da violência contra a juventude.

A partir desse marco global de Beijing, em 1995, Senadoras e Deputadas, nós temos que perceber também a mulher na sua diversidade e compreender as formas pelas quais as mulheres com deficiência, querida Deputada Rosinha da Adefal, são atingidas no aspecto da violência. As mulheres com deficiência são especialmente vítimas de estupro, de violência sexual, além de vivenciar formas de discriminação. Assim como acontece com as mulheres negras, que à violência de gênero ainda agregam a violência racista, é preciso darmos uma atenção especial aos direitos das mulheres com deficiência. E eu diria também que precisamos atentar para os direitos das mulheres idosas.

Hoje vivemos no Brasil um acelerado processo de envelhecimento humano. Nós somos um País, como costumamos dizer, exclusivamente de jovens, mas fazemos uma travessia rápida e acelerada para um novo patamar populacional e demográfico. Graças a fatores positivos, que nós devemos comemorar, em vários aspectos, vivemos a realidade de mulheres com longevidade diferenciada da dos homens, e uma longevidade mais ampla. Mas, os sistemas de saúde, os sistemas de proteção não estão devidamente atentos às violências que sofrem as mulheres idosas no País. Foi por isso que, quando instituímos o módulo do Disque 100, estivemos atentos e atentas, Deputada Érica Kokay, a receber denúncias de violência contra idosos, que se concentram em pessoas a partir dos 70 anos, principalmente mulheres idosas. Eu destacaria que o envelhecimento humano, que deve ser saudado como um direito e uma conquista, precisa ser acompanhado de políticas públicas integrais de proteção às mulheres, desde a infância, passando pelo empoderamento de seus direitos, durante toda a vida.

Eu finalizaria dizendo que, lamentavelmente, o Brasil ainda não conta com uma legislação que contemple o desdobramento dos direitos da mulher, tal como o direito das mulheres lésbicas, das mulheres homossexuais.

E, como mulheres, nós temos um papel. Nosso papel é antidiscriminatório, é pela afirmação de direitos. E, se nós queremos afirmar o fim da intolerância – e nós queremos – e o fim de todo o fundamentalismo, com respeito a toda a diversidade religiosa deste maravilhoso País, em todos os espectros do direito à fé e com toda a liberdade de um Estado laico, porque esses dois braços devem conviver em harmonia, nós precisamos também perceber que devem ser combatidos os estupros direcionados às mulheres lésbicas, como todas as formas de violência e discriminação de meninas que as levam ao suicídio. E da mesma forma deve ser combatido o abandono, onde se articula perversamente a dimensão de classe contra as mulheres pobres, a dimensão racial contra as mulheres negras e indígenas, a dimensão de idade contra meninas e contra idosas, a dimensão de orientação sexual e de identidade de gênero.

Eu penso, meninas e mulheres, que nós temos uma grande tarefa, mas o melhor de tudo é que, quando nos unimos neste Congresso Nacional – os partidos precisam estar totalmente atentos —, nós fazemos uma agenda suprapartidária, supraeleitoral. Conseguimos nos unir em torno de um ponto de intersecção que nos confere, como bancada feminina, um poder diferenciado. E ele será maior ainda se nós contarmos com as mulheres que estão nas ruas, que estão em casa, que estão nas escolas, que estão no mundo do trabalho, que estão nos tribunais, que estão nas Forças Armadas, que estão em todos os lugares deste País.

Sem dúvida, este País precisa de mais mulheres dispostas a ser não coadjuvantes, mas protagonistas da história brasileira, desde a Presidenta Dilma, a quem cumprimentamos por participar desta causa, até as mulheres que lutam na sua região, em todos os lugares do Brasil.

Parabéns pela luta! Estamos juntas, unidas, em uma unidade inquebrantável.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Deputada Maria do Rosário. Parabéns pelas posições adotadas e esclarecidas neste plenário.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) Convido para fazer parte da nossa Mesa a Deputada Nilmar Ruiz.

Agradeço pela presença ao Promotor de Justiça e membro do Conselho Nacional do Ministério Público Sr. Thiago Pierobom; à Presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, Sra. Bárbara Melo; e à Diretora Nacional de Jovens Feministas da União da Juventude Socialista, Sra. Maria das Neves. Obrigada a todos pela presença.

Justifico a ausência neste momento da Senadora Ana Rita, que teve que sair para presidir a Comissão de Direitos Humanos e conduzir a aprovação de emendas à lei orçamentária.

E registro a presença da Deputada Erika Kokay. Muito obrigada, Deputada, pela presença.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB-BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todas as companheiras e a todos os companheiros aqui presentes.

Saúdo a signatária da presente sessão no Senado Federal, Exma. Sra. Senadora e querida amiga Vanessa Grazziotin; a 2ª Secretária do Congresso Nacional, Exma. Sra. Senadora Angela Portela; as signatárias da presente sessão na Câmara dos Deputados, Deputada Jô Moraes e Deputada Maria do Rosário, nossa querida ex-Ministra dos Direitos Humanos, uma referência neste País, sem dúvida alguma, na luta pelos direitos humanos; a minha querida amiga Senadora Ana Rita, que acabou de se retirar para presidir a Comissão de Direitos Humanos do Senado e encaminhar a votação de suas emendas à LDO; a querida Senadora Marta Suplicy, que aqui esteve presente e também teve que se retirar. Eu também não poderei permanecer até o final desta sessão, porque exerço neste momento a Liderança e participo de reunião de Líderes para compor acordos no Congresso Nacional.

Saúdo a Sra. Presidente do Superior Tribunal Militar, a Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha.

Saúdo a todas as Sras. Deputadas Federais aqui presentes; a Sra. Rejane Alves da Silva Brito, representante da Ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Alves Miranda; a representante do Ministério da Justiça, Sra. Beatriz Cruz da Silva, Coordenadora-Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública; o Juiz Ben-Hur Viza, Coordenador do Centro de Resolução de Conflitos e Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; a Sra. Aparecida Gonçalves, representante a Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci; a Sra. Lúcia Rincon, Coordenadora Nacional da União Brasileira de Mulheres; a Sra. Ângela Guimarães, Presidente do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVÉ; as Sras. Embaixadoras e os membros do corpo diplomático.

Quero pedir licença a vocês para saudar de modo muito especial e carinhoso a Secretária de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia, meu Estado, a querida amiga mais conhecida como Lucinha do MST, que deu provas de sua competência e capacidade à frente de nossa Secretaria e foi praticamente a responsável por sua implantação em nosso Estado, onde obtém muito êxito na aplicação das políticas públicas que desejamos.

Senhoras e senhores que nos assistem neste momento através dos meios de comunicação da Casa, senhoras e senhores aqui presentes, a Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher* é mundial e abrange 159 países. No Brasil, acontece há mais de 20 anos.

Oficialmente, a campanha tem início em 25 de novembro – Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher —, data declarada no 1º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Bogotá, em 1981, para marcar o dia do violento assassinato de três mulheres, as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Tereza), pelo ditador Rafael Trujillo, ocorrido na República Dominicana, em 1960.

Em 1991, o Centro de Liderança Global de Mulheres (23 mulheres reunidas na Universidade Rutgers, nos Estados Unidos) lançou a Campanha *16 Dias de Ativismo* para promover o debate e anunciar as várias formas de violência contra a mulher no mundo, associar a violência sexista à violação dos direitos humanos e mobilizar a sociedade e os Estados a tomar medidas para prevenir e coibir esse tipo de violência.

O período da campanha envolve significativas datas históricas da luta das mulheres. Além do 25 de Novembro, há o 1º de Dezembro – Dia Mundial de Combate à AIDS. Também temos o 6 de Dezembro – data do massacre de 14 mulheres estudantes da Escola Politécnica de Montreal, no Canadá, praticado em 1989 por um homem que discordava de que mulheres pudessem ter acesso a cursos de Engenharia. Nessa data são distribuídos laços brancos aos homens, para que, ao aceitá-los, eles se posicionem contra todas as formas de violência contra a mulher. Esta ação ficou conhecida como Campanha Mundial do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

E há ainda a data do 10 de Dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos (que marca a adoção pela ONU da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948).

No entanto, no Brasil, o início da campanha foi antecipado para o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, o que significa reconhecer que a opressão contra as mulheres negras acentua-se aliada a discriminação racial à de classe, segmento este da população feminina de maior demanda por serviços públicos de atenção e o que mais depende deles para o encaminhamento e a solução das diversas violações sofridas. Tais demandas envolvem variadas áreas e diversos Poderes: polícia, segurança, saúde, desenvolvimento social e justiça, entre outros.

A nossa campanha certamente é marcada pelos avanços ao longo da luta das mulheres no Brasil, marcadamente a partir da década de 80, especialmente no processo da Constituinte, quando conseguimos consagrar um marco de direitos das mulheres na nova Carta Constitucional brasileira.

Neste momento, para nós ativistas do movimento de mulheres, ativistas do movimento feminista, é preciso registrar os avanços que nós obtivemos nesses anos. Destaco, como certamente destacaram todas as

companheiras oradoras que me antecederam, a conquista da Lei Maria da Penha, uma conquista extraordinária, referência mundial de legislação para a defesa da mulher, porque ela consegue ir além da violência contra a mulher, quando ressalta que a violência doméstica é um dos principais vetores da violência contra a mulher. Nesse ambiente, era quase impossível estabelecer a interferência do Estado.

Todos e todas nós que estamos aqui fomos criados, mais ou menos, sob o signo de que em briga de marido e mulher não se mete a colher. A Lei Maria da Penha vem para dizer que o Estado e a sociedade brasileira não aceitam esse registro que simboliza a ideia de que as mulheres podem ser torturadas, podem ser violentadas, podem ser espancadas sem que o Estado e a sociedade se incomodem com seu destino, porque ele se dá no ambiente doméstico. Nós rompemos esse paradigma e, ao rompê-lo, servimos de referência para o mundo inteiro.

No entanto, é preciso registrar que, apesar das conquistas que tivemos no espaço político – este ano crescemos na Câmara dos Deputados e crescemos no Senado, mas, no cômputo geral das Assembleias Legislativas, só conseguimos crescer em muito poucas, em cerca de cinco ou seis Estados —, ainda somos na Câmara dos Deputados menos de 10% da representação do nosso País.

É preciso reconhecer que, apesar do avanço conquistado com a Lei Maria da Penha, que só foi efetivado pela presença da mulher no Parlamento brasileiro, ainda temos, apesar dos seus 8 anos de vigência, que fazê-la sair do papel. Esse é um desafio. O grande problema está na sua execução, e a precariedade é a marca tanto na falta de acesso quanto na qualidade do atendimento em todas as áreas, conforme demonstrado no relatório da CPMI da Violência contra as Mulheres, apresentado em 2013.

Os obstáculos ainda são muitos.

Falta formalização de procedimentos nos serviços de atenção nas diversas áreas, previstos em normas técnicas para o funcionamento, seja nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, seja nos Centros de Referência, seja nas Casas-Abrigo.

Não há cumprimento da notificação compulsória do atendimento a meninas e mulheres vítimas de violência na Saúde.

Falta amplo acesso à Justiça e aos serviços de orientação quanto à saúde sexual e reprodutiva.

Faltam hospitais credenciados para atender casos de interrupção legal de gravidez legal e falta humanização na atenção para aquelas que demandam urgência em cuidados médicos.

E há insuficiência de varas especializadas em violência doméstica e familiar, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

É importante destacar o impacto financeiro e social da violência contra a mulher, um impacto elevado, que pesa na economia do nosso País e está concentrado nos gastos com assistência à saúde, despesas legais, ausências e perda de produtividade no trabalho e gastos com crianças que presenciam a violência e tendem a sofrer transtornos emocionais, ansiedade e baixo rendimento escolar.

Segundo estimativa da ONU, 10,5% do Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) – o equivalente a 508,2 bilhões de reais em 2013 – ficam comprometidos anualmente. O PIB do ano passado foi de 4,84 trilhões de reais. Portanto, o impacto é importante.

É fato notório a insuficiência orçamentária dos organismos estaduais e municipais de políticas para mulheres. O Estado que tem o maior orçamento é o de Pernambuco, mas, ainda assim, ele é insuficiente para atender às necessidades.

Os índices de estupro e feminicídios no Brasil são assustadores, e os dados, infelizmente, mostram que houve aumento.

Na última década, houve mais de 43 mil mulheres assassinadas, o que situa o País como o sétimo do mundo onde mais ocorrem assassinatos de mulheres.

O número de estupro cresceu, são mais de 50 mil casos anuais, segundo o Mapa da Violência de 2012, do Instituto Sangari.

Cinco mulheres são espancadas no Brasil a cada 2 minutos e uma em cada cinco mulheres considera já ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem – conhecido ou desconhecido —, sendo o próprio parceiro responsável por mais de 80% dos casos denunciados, segundo dados divulgados pela Fundação Perseu Abramo, em 2010.

Por tudo isso, companheiras, é preciso pensar o novo momento. Nestes *16 Dias de Ativismo*, é preciso pensar que estamos finalizando o ano e iniciando uma nova etapa de luta neste Parlamento e no mundo inteiro. No Brasil, em 2015, essa nova etapa da luta tem que passar pela compreensão de que nós estamos iniciando novos Governos Estaduais e novo Governo Federal, com a reeleição da Presidenta Dilma, também mulher. Portanto, é um momento ímpar.

E eu vou finalizar dizendo que nós precisamos nos unificar, para fazer com que, no próximo ano, 2015, a nossa movimentação, a nossa unidade de luta leve os Governos Estaduais a incorporar estas demandas:

- a)** promoção da igualdade de gênero e raça como estratégia prioritária, com fortalecimento dos orçamentos, a começar pelos organismos de políticas para as mulheres e serviços das diversas áreas da administração, de modo a adequar o funcionamento da máquina pública;
- b)** ampliação do número de serviços, com criação e manutenção de delegacias especializadas, prioritariamente nos Municípios com maior índice de violência, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Centros de Atenção Multidisciplinar às Mulheres;
- c)** fortalecimento do acesso à Justiça pela população carente, com interiorização das defensorias públicas especializadas;
- d)** ampliação do atendimento aos casos de interrupção legal de gravidez e humanização da atenção às mulheres com complicações decorrentes de abortos;
- e)** fortalecimento da gestão em rede e garantia, desde já, desde o planejamento, de ações intersectoriais permanentes e indispensáveis à execução adequada da política.

Essas são algumas das minhas proposições. Peço a V.Exa., Sra. Presidenta, que meu discurso seja registrado na íntegra nos Anais da Casa.

Quero aproveitar a presença da minha querida amiga Lúcia, da Bahia, para lembrar que alguns dos principais Municípios da Bahia estão, infelizmente, entre os dez mais violentos do Brasil. Nessa violência se enquadra também a violência contra a mulher, o que faz com que nós tenhamos, agora que elegemos três mulheres Deputadas Federais e sete na Assembleia Legislativa, a possibilidade de intensificar a luta em nosso Estado, para mudar a estatística da violência contra a mulher na Bahia e, conseqüentemente, no Brasil.

Este é o nosso desafio nestes *16 dias de Ativismo*: poder, em 2015, voltar aqui para dizer que os índices de violência contra a mulher diminuíram.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio ao Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Senadora Lídice da Mata.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA LÍDICE DA MATA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Apoio Governo/PSB-BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, a Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher* é uma campanha mundial, que abrange 159 países e que, no Brasil, acontece há mais de 20 anos.

Oficialmente, a campanha tem início em 25 de novembro – Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, data declarada no primeiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Bogotá, em 1981, para marcar o dia do violento assassinato de três mulheres, as irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e Maria Tereza), pelo ditador Rafael Trujillo, ocorrido na República Dominicana, em 1960.

Em 1991, o Centro de Liderança Global de Mulheres (23 mulheres reunidas na Universidade Rutgers, nos Estados Unidos) lançou a Campanha *16 Dias de Ativismo*, para promover o debate e anunciar as várias formas de violência contra a mulher no mundo, associar a violência sexista à violação dos direitos humanos e mobilizar a sociedade e os Estados a tomar medidas para prevenir e coibir esse tipo de violência.

O período da campanha envolve significativas datas históricas da luta das mulheres: além do dia 25 de novembro, o dia 1º de dezembro – Dia Internacional de Combate à AIDS.

Também temos o 6 de Dezembro – data do massacre de 14 mulheres, estudantes da Escola Politécnica de Montreal, no Canadá, praticado em 1989 por um homem que discordava de que mulheres pudessem ter acesso a cursos de Engenharia. Nessa data, são distribuídos laços brancos aos homens, para que, ao aceitar usá-los, eles se posicionem contra todas as formas de violência contra a mulher. Esta ação ficou conhecida como Campanha Mundial do Laço Branco – Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Há ainda a data de 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos (que marca a adoção pela ONU da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948).

No Brasil, o início da campanha foi antecipado para o Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro, o que significa reconhecer que a opressão contra as negras acentua-se, aliada a discriminação racial à de classe, segmento este da população feminina de maior demanda por serviços públicos de atenção e o que mais depende deles para o encaminhamento e a solução das diversas violações sofridas. Tais demandas envolvem variadas áreas e poderes: polícia/segurança, saúde, desenvolvimento social e justiça, entre outros.

No Brasil, a campanha veio a ser desenvolvida pelas entidades dos movimentos feministas. Hoje, em todo o País, não só as entidades da sociedade civil, como os organismos governamentais de políticas para as

mulheres, promovem diversas atividades durante a campanha, que, hoje, tem agenda em todos os Estados e também em muitos Municípios. Participam das atividades, realizadas por diversos poderes, secretarias, defensorias, delegacias de atendimento às mulheres, Ministérios Públicos e núcleos de gênero de universidades, entre tantas entidades.

Principais pontos a serem considerados na campanha para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Há que se registrar que já foram obtidos alguns avanços no que diz respeito a tirar da invisibilidade a violência contra a mulher (do privado e doméstico para o público) e também conquistas em termos de formulação e elaboração adequada de políticas nacionais, com princípios, diretrizes, eixos, programas e projetos no âmbito governamental, definidas em planos nacionais.

Esses planos são resultantes da realização de três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, que representaram mudanças substantivas na legislação e a criação de novas estruturas e serviços (no Executivo e no Judiciário), entre eles a adoção de normas técnicas de atenção às mulheres vítimas desse tipo de violência nas diversas áreas definidas no Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que envolve as três esferas da administração e diferentes áreas e poderes.

Entre esses avanços, destaca-se a promulgação da Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha, que tem importância reconhecida internacionalmente como referência para prevenção, atenção e coibição desse tipo de violência, por introduzir mudanças substantivas na conceituação tradicionalmente marcada pela opressão patriarcal.

Apesar dos 8 anos de vigência da Lei Maria da Penha, o grande desafio é fazê-la sair do papel. Há uma gigantesca distância entre a lei e a realidade das mulheres e meninas no que diz respeito à violência sexista, apesar de os caminhos já estarem bem equacionados e apontados.

O grande problema está na execução: a precariedade é a marca tanto na falta de acesso quanto na qualidade do atendimento, em todas as áreas envolvidas, conforme demonstrado no Relatório da CPMI da Violência contra as Mulheres, apresentado em 2013.

Os obstáculos ainda são muitos:

- falta formalização de procedimentos nos serviços de atenção nas diversas áreas, previstos em normas técnicas para o funcionamento, seja nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), seja nos Centros de Referência, seja nas Casas-Abrigo;
- não há cumprimento da notificação compulsória de atendimento às meninas e mulheres vítimas de violência na Saúde;
- falta amplo acesso à Justiça e aos serviços de orientação quanto à saúde sexual e reprodutiva;
- faltam hospitais credenciados para a realização do aborto legal e falta humanização na atenção para aquelas que demandam urgência em cuidados médicos por complicações de aborto provocado (são 230 mil mulheres por ano no SUS, segundo o Data-SUS 2013);
- há insuficiência de Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, conforme previsto na Lei Maria da Penha.

O impacto financeiro e social da violência contra a mulher é elevado: pesa anualmente nas economias e no desenvolvimento e é decorrente de gastos com assistência à saúde, despesas legais, ausências e perda da produtividade no trabalho das mulheres e também de despesas com crianças que presenciam e tendem a sofrer transtornos emocionais, ansiedade e baixo rendimento escolar.

Segundo estimativa da ONU, 10,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – o equivalente a R\$ 508,2 bilhões em 2013 – ficam comprometidos anualmente. O P18 do ano passado foi de 4,84 trilhões de reais.

É fato notório a insuficiência orçamentária nos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres. O Estado que tem o maior orçamento é o de Pernambuco, mas ainda assim ele é insuficiente para atender às necessidades.

Os índices de estupro e feminicídios no Brasil são assustadores, e os dados, infelizmente, mostram que houve aumento:

- na última década, houve mais de 43 mil mulheres assassinadas, o que situa o País como o sétimo do mundo onde mais ocorrem assassinatos de mulheres;
- os estupros cresceram e são mais de 50 mil casos anuais, segundo o Mapa da Violência 2012, do Instituto Sangari;
- cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos no Brasil e uma em cada cinco mulheres considera já ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem – conhecido ou desconhecido –

sendo o parceiro responsável por mais de 80% dos casos denunciados, segundo dados divulgados pela Fundação Perseu Abramo em 2010.

Entre os 100 Municípios brasileiros com maior índice de violência contra a mulher, 16 estão na Bahia, e, entre os 10 primeiros, 4 estão no meu Estado: Porto Seguro (3º), Simões Filho (4º), Lauro de Freitas (6º), Teixeira de Freitas (10º), conforme dados do Mapa da Violência contra a Mulher – CEBELA 2012).

De acordo com dados governamentais fornecidos à CPMI da Violência contra as Mulheres, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados (CREAS) da Bahia absorvem grande parte da demanda de mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Estado, o que comprova que o atendimento é em grande parte feito por serviço não especializado.

A propósito, eu gostaria de lembrar os compromissos que assumi com o documento entregue pela Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres em 22 de julho deste ano, durante a campanha ao Governo do Estado da Bahia.

Propostas.

É importante que, neste momento em que teremos o início de novos Governos, nos Estados e no âmbito federal, os movimentos e entidades que promovem atividades na campanha reivindiquem mais ações e compromissos e que os novos governantes incorporem essas demandas durante os processos de transição governamental:

- a)** promoção da igualdade de gênero e raça como estratégia prioritária de governo, com fortalecimento dos orçamentos, a começar pelos organismos de políticas para as mulheres e serviços das diversas áreas da administração, de modo a adequar o funcionamento da máquina pública;
- b)** ampliação do número de serviços, com criação e manutenção de delegacias especializadas, prioritariamente nos Municípios com maior índice de violência, Varas de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Centros de Atenção Multidisciplinar às Mulheres;
- c)** fortalecimento do acesso à Justiça pela população carente, com interiorização das defensorias públicas especializadas;
- d)** ampliação do atendimento aos casos de interrupção legal de gravidez e humanização da atenção às mulheres com complicações decorrentes de abortos;
- e)** fortalecimento da gestão em rede e garantia, desde já, desde o planejamento, de ações interseoriais permanentes e indispensáveis à execução adequada das políticas;
- f)** implantação da notificação compulsória, para suprir a necessidade de recursos humanos, e oferecimento de apoio institucional, de estrutura física e de organização administrativa para assegurá-la;
- g)** preparação de equipes para a formação de funcionários públicos como ação permanente, com fortalecimento de parcerias com entidades e núcleos que já realizam essa formação;
- h)** planejamento de concurso público para seleção de quadros capacitados em gênero e raça para operar a máquina pública e investimento em quadros funcionais com vínculo efetivo, a fim de se consolidar uma nova cultura no serviço público e de se evitarem as contratações com vínculo precário, prejudicadas pelo rodízio constante de equipes, que na atual conjuntura política são alimentadas por fisiologismo.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Cumprimento a Deputada Cida Borghetti, que está compondo a Mesa conosco. Muito obrigada por sua presença.

Eu gostaria de informar a todos que acaba de ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado a proposta de emenda à Constituição, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que acrescenta, entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência. Isso é muito importante. O anúncio foi feito pela Senadora Gleisi Hoffmann e pela Senadora Marta Suplicy. E o bom é que foi aprovado requerimento de urgência, então devemos aprovar a matéria em breve aqui no plenário do Senado Federal.

Parabéns a todas!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra a Deputada Federal Nilmar Ruiz.

A SRª NILMAR RUIZ (PEN-TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todas e a todos aqui presentes!

Quero cumprimentar a minha amiga e nossa Presidenta Angela Portela, com quem eu tive o prazer de conviver na Câmara dos Deputados, uma grande mulher.

Cumprimento também a nossa Deputada Jô Moraes, companheira de muito tempo, coordenadora da bancada feminina que vem desempenhando um trabalho muito bonito no sentido de agregar o trabalho das

mulheres em prol de ações, em prol de leis, em prol dos movimentos, para que possamos fortalecer a gestão das mulheres no nosso País.

Cumprimento também nossa Ministra Maria Elizabeth, a quem agradeço pela presença neste evento.

Cumprimento também a nossa companheira Deputada Cida Borghetti.

Cumprimento a todas as mulheres da Marinha e a todas as mulheres da Aeronáutica, a todas as representantes de movimentos sociais que estão aqui conosco, assim como as nossas companheiras das Secretarias das Mulheres, que sempre estão nesta Casa.

Eu gosto sempre de me lembrar da luta da mulher, desde o descobrimento do Brasil, por uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Nomes de mulheres se destacam desde a colonização, passando pelas capitâncias hereditárias e pela Inconfidência Mineira.

A luta sempre foi grande para que nós, mulheres, pudéssemos conquistar espaços, participar efetivamente na sociedade, desde o momento em que buscamos o direito à educação, o direito ao voto, o direito de participar da política, o direito de ser votadas. Essa luta não começou hoje, ela vem de muito tempo.

Nós sabemos que, apesar de hoje estarmos em maior número no nosso País – somos 51% da população –, apesar de toda esta vontade de participar da sociedade, apesar de sermos o maior número nas universidades e de estarmos sempre em destaque no mercado de trabalho, apesar desta grande luta, nós ainda temos muitos desafios a enfrentar. Refiro-me a desafios nos serviços públicos pela saúde da mulher, pelo combate à violência contra a mulher, pelo respeito às necessidades da mulher. E, sinceramente, eu vejo que tudo passa pelo empoderamento da mulher, pela participação da mulher nas instâncias de poder.

A companheira Senadora Vanessa nos mostrou com dados a situação da mulher no que se refere à violência, e a Deputada Jô Moraes ressaltou que houve avanços, sim, como a Lei Maria da Penha. Eu mesma, como Deputada, apresentei um projeto de lei para que o homem que vitimasse sua companheira tivesse uma pena maior – não é Deputada Erika Kokay? Saúdo a Deputada que está aqui conosco. Mas, sinceramente, a meu ver, a grande mudança de que nós precisamos para que a realidade da mulher em nosso País realmente seja modificada se dará no momento em que nós pudermos aumentar nossa participação efetiva na política.

Se nós vivemos, como eu disse, numa sociedade em que homens e mulheres estão em praticamente igual número, como podemos pensar em justiça social, como nós podemos pensar numa sociedade melhor, se os homens é que pensam as leis e as ações que serão efetivadas?

Somos menos de 15% nas instâncias de poder. Se analisarmos o número de vereadoras no nosso País, veremos que ele não chega a 13%, quiçá a 10%. As nossas prefeitas, que estão lá nas cidades fazendo com que as coisas aconteçam, com que as ações públicas beneficiem as nossas meninas e as nossas mulheres, elas são muito poucas, um número insignificante.

Quando olhamos para a nossa Casa, para o Congresso Nacional, vemos que no número de mulheres em relação a de homens, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, não chega a 6%. Então, como podemos falar em leis, em ações que venham a beneficiar a mulher?

Nós ouvimos a Senadora Marta Suplicy dizer que é necessária, sim, uma mudança na forma de pensar e na forma de agir, uma mudança no papel dos meios de comunicação deste País, uma mudança no papel da televisão, uma mudança na cultura familiar. Quantas vezes as próprias mulheres não reforçam nos seus filhos o comportamento machista? Quantas vezes não dizem: *“Olha, cozinha é coisa de mulher, saia daqui”*, ou *“Olha, você não está agindo como homem”*?

É necessária uma mudança na forma de pensar, na forma de agir? Sim. Os movimentos sociais, os nossos clubes de mães, as nossas lideranças comunitárias vêm trabalhando muito nesse sentido. Temos que atuar, sim, nos meios de comunicação de massa, para que possamos mudar essa mentalidade.

Mas até para isso é fundamental que haja mais mulheres na política. Nós temos que ter mais mulheres nos cargos de comando, sim.

Eu hoje estou até emocionada para falar, porque não podia haver lugar melhor para eu me despedir desta Casa. Acho que nem a Deputada Jô está sabendo, mas esta é a minha última semana como Deputada Federal. Eu não me candidatei.

Com muitos anos na política, eu tive a oportunidade de ser Secretária de Educação por muito tempo; tive a oportunidade de ser Prefeita da Capital do meu Estado, Tocantins; fui a primeira Procuradora da Mulher nesta Casa. A minha luta pelos direitos e por mais oportunidades para as mulheres vem de muito tempo. Tive a oportunidade de ser Presidenta Nacional do Movimento Feminino de três partidos políticos. Mas cheguei à conclusão de que a minha luta precisa ser feita na base. Decidi que eu não iria mais concorrer a um cargo eletivo porque eu quero aceitar, professora que sou, o convite que tive para escrever um curso de formação po-

lítica para as mulheres. Quero voltar a atuar nos movimentos sociais, para que essa mudança venha também de baixo para cima.

Nós estamos discutindo agora nesta Casa a reforma política. É fundamental – fundamental – que, com a reforma política, possamos fazer com que mais mulheres venham para cá, para este Congresso, assumir o seu papel. (*Palmas.*) Precisamos fomentar nas mulheres também essa necessidade e essa vontade de se fazerem presentes aqui e no Executivo dos Estados, para que possamos realmente ver a mudança acontecer.

Eu já participei de muitos 8 de Março, já participei de semanas de ativismo contra a violência, mas, sinceramente, minha querida Cida Borghetti, só vejo este quadro mudar, só vejo que nós poderemos comemorar, ao invés de enumerar dificuldades, sofrimento e desigualdades, se nós tivermos um movimento nacional para que homens e mulheres possam pensar e aprovar leis paritariamente, construindo juntos ações e políticas nacionais que venham realmente a mudar este quadro.

Eu gostaria de agradecer à nossa Presidente a oportunidade de poder aqui me despedir deste trabalho que me ensinou tanto e que me permitiu servir tanto. E agradeço a Deus por todas as oportunidades que tive na vida.

Ao decidir não me candidatar, eu não saí da luta. Muito pelo contrário, aumentei ainda mais o meu raio de atuação, para que eu possa vir aqui como convidada, daqui a alguns anos – e, com fé em Deus, isso não há de demorar muito a acontecer –, celebrar com todas vocês não o início de dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher, mas sim comemorar a conquista de uma sociedade mais justa, de uma sociedade mais fraterna, de uma sociedade com menos desigualdades, de uma sociedade com menos violência, onde todos possam viver melhor e mais felizes.

Muito obrigada. Vamos todas juntas, cada uma no seu quadrado, no seu pedaço, cada uma da forma como pode, lutar para que nós possamos, nós todos, ter um futuro melhor.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Parabéns, Deputada Nilmar Ruiz. Conheço seu trabalho e sua luta e sei que agora, no movimento social, nas bases, V.Exa. certamente fará um belo trabalho, como fez como Parlamentar. Boa sorte!

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra a Deputada Erika Kokay.

E quero anunciar a presença do Senador Anibal Diniz, que certamente tem uma boa notícia para nos dar, após a fala da Deputada Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Eu queria desejar uma boa tarde a cada uma e a cada um de vocês, saudar a Mesa e dizer da minha alegria de estarmos aqui mais uma vez fazendo o lançamento da Campanha Nacional *16 Dias de Ativismo*, que no Brasil em verdade se ampliam para 21 dias de ativismo, já que os iniciamos no Dia da Consciência Negra, lembrando Zumbi dos Palmares e a dupla discriminação, esse impedimento de as pessoas vivenciarem, ou exercerem a sua própria humanidade.

Quando falamos de violência, acho que estamos falando de tudo aquilo que anula o outro enquanto pessoa, ou que o diminui enquanto pessoa, estamos falando de desumanização. E nós mulheres vivemos muito intensamente esse processo de desumanização, construído ao longo da história.

Penso que dois alimentos são imprescindíveis para nossas humanidades. Um deles é a liberdade, inclusive a liberdade de ser, a liberdade de se sentir dona do seu próprio corpo, a liberdade de ver a explosão da materialidade que nós temos a partir da vivência e do mergulhar em nós mesmas. A liberdade é fundamental para que nós exerçamos a nossa humanidade. O outro alimento é a condição de sujeito, porque, seres humanos que somos, seres humanos com a capacidade de dialogar com o que não se vê, de dialogar com Deus, de dialogar com a luta, com a transformação, com os sentimentos, temos a capacidade peculiar de ser donos da nossa própria vida, temos a oportunidade de, com a consciência das nossas vidas, pegar a vida pelas mãos e transformá-la, quando ela é doída. Portanto, a condição de sujeito é outro alimento insubstituível, imprescindível da nossa própria humanidade, a condição de sermos sujeitos.

Mas o ser humano não é apenas sujeito. Nós somos sujeitos. Nós somos sujeitos étnicos, somos sujeitos de gênero, somos sujeitos de classe. Nós somos sujeitos, e essa condição de ser sujeitos foi negada às mulheres durante muito tempo.

Nós não podíamos ser donas do nosso próprio corpo – e talvez ainda não o sejamos na plenitude. Nós não podíamos ser donas do nosso próprio desejo. O desejo não podia ser dito. Éramos objeto do desejo do outro, o que indica a necessidade de fazermos o luto dos períodos traumáticos da história brasileira, entre eles o colonialismo, quando o Brasil, repartido em tiras, foi entregue aos amigos do rei, que se sentiam donos não só da terra, mas também donos das mulheres, donos das crianças, donos dos trabalhadores; a escravidão, que desumaniza de forma tão profunda; e a própria ditadura militar, que impediu que os brasileiros pudessem se

sentir pertencentes ao seu próprio país, a ditadura que nos arrancou o Brasil. O Brasil foi arrancado dos brasileiros e das brasileiras.

Portanto, a luta pelos direitos da mulher, a luta contra toda sorte de violência... E há muitas formas de violência, não apenas as tipificadas na Lei Maria da Penha, de enfrentamento da violência doméstica. Há a violência obstétrica, com a negação do corpo, porque muitas vezes a mulher não pode ser protagonista da sua própria dor e, ao se tornar mãe, é desconsiderada enquanto pessoa, desumanizada, portanto. Há a violência que faz com que haja por volta de 50 mil estupros notificados neste País – estima-se que haja mais de 140 mil casos. É como se nós não fôssemos donas de nós mesmas, é como se nós nos transformássemos em coisas, como se fôssemos coisificadas – estupros que muitas vezes são intermináveis, dada a revitimização que sofrem as mulheres neste País.

Portanto, eu diria que nós mulheres sofremos muitas formas de violência, e uma das mais profundas é aquela que se caracteriza, de forma sutil e, às vezes, não tão sutil, como a desumanização. Nós queremos viver a nossa humanidade. Nós queremos viver a nossa humanidade! Queremos ter o direito de querer voltar para casa, porque na rua nós somos seres anônimos, ninguém sabe quem somos, é em casa que nós somos nós mesmas, é em casa que nós nos despimos de todas as máscaras, sejam elas as máscaras reais, sejam máscaras metafóricas. É em casa que nós temos as relações mais atávicas, é onde nós construímos um processo mais profundo de relação e de afetividade.

Mas milhões de mulheres deste País que não querem voltar para casa, têm medo de regressar, porque, ao chegar em casa, vão sendo arrancadas delas mesmas, vão sendo esvaziadas, desumanizadas, vão mudando a forma de ser, vão mudando a forma de agir e são submetidas a uma tortura – para nos lembrar de que ainda não fizemos o luto das salas escuras da tortura, que muitas vezes estão dentro dos lares, na nossa casa —, à tortura de não saber qual vai ser a reação do outro diante das suas atitudes, a reação daquele com quem ela vive, daquele que ela escolheu para dividir a vida.

Por isso digo que são muitos os desafios que a nossa sociedade ainda tem para enfrentar até que possa se considerar uma sociedade mergulhada na cultura de paz. Porque a luta contra a violência que atinge as mulheres e a luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres, por equidade de gênero, não é uma luta menor, ela não é uma cereja de bolo, ela não é uma fita no cabelo, ela não é um *chantilly* no café: ela é estruturante.

Nós temos 50 mil mortes todos os anos neste Brasil. Jovens negros morrem neste País como se aqui houvesse o extermínio de uma geração. Isso é a reprodução da lógica de que o outro não tem o mesmo direito que você tem.

Portanto, assegurar direitos iguais – direitos iguais —, assegurar uma construção humana plena para mais de 50% da sociedade, isso é estruturante para que nós não tenhamos medo das ruas, para que não tenhamos medo de que os nossos meninos não voltem para casa, para que não tenhamos medo das noites, para que possamos viver numa sociedade onde nos sintamos em paz.

Por isso penso que a luta por equidade de gênero tem que ter centralidade na agenda do Estado, em todos os poderes, no Poder Judiciário, no Ministério Público, no Poder Legislativo e no Poder Executivo. E não há que se pensar em qualquer política pública se não houver o recorte de gênero, porque o conjunto das políticas públicas precisa ser resignificado com o desafio e a tarefa de construirmos uma sociedade onde não haja dor em ser mulher – onde não haja dor em ser mulher.

E, se falamos do conjunto das políticas públicas, vamos falar de uma que dialoga com todas as outras de forma muito intensa, de forma estrutural: a educação.

Não podemos reproduzir nos aparelhos ideológicos de Estado a lógica de que as mulheres podem ser subalternizadas, ou de que os seres humanos podem ser hierarquizados. Os seres humanos não podem ser hierarquizados, como não podem ser hierarquizados os nossos direitos. Portanto, não há que se pensar em qualquer política pública sem antes se pensar no recorte da equidade de gênero, não há que se pensar em políticas públicas que não contem com a fala da mulher.

Muitas vezes eu me pergunto por que não há espaços de fala para as mulheres onde elas possam manifestar a sua angústia, o seu sofrimento, as relações de violência que sofrem, para que possam identificar as paredes e os tetos de vidro que muitas vezes foram invisibilizados para impedi-las de alargar sua condição humana, para impedi-las de chegar ao topo do seu esforço nos cargos de chefia ou nos espaços de poder. Há paredes e tetos de vidro que precisam ser identificados porque, se não o forem, não podem ser desconstruídos. Há burcas neste País, e não me digam que não, se temos na Câmara Federal um número de mulheres menor do que o de países onde as mulheres usam burcas porque não podem expor os seus olhos ou a sua face. Nós temos uma sub-representação de mulheres no Poder Legislativo, e isso precisa ser caracterizado por burcas e mordças invisíveis, que precisam ser visibilizadas para ser desconstruídas.

Não podemos, portanto, pensar numa reforma política que não assegure alternância de gênero no Poder Legislativo. (*Palmas.*) Não podemos pensar numa reforma política que não rompa a vergonha que carrega o Brasil de não ter mulheres na quantidade que poderia ter e que corresponde à formação da sociedade no Poder Legislativo, no conjunto dos Poderes constituídos no País.

É preciso que tenhamos espaços de fala, para que se identifiquem as paredes e os tetos de vidro, para que possam ser desconstruídas – desconstruídas – as burcas e as mordaças invisibilizadas. E, ao mesmo tempo, devemos assegurar que as mulheres, se não estão nos espaços do poder, não sejam revitimizadas, ou culpabilizadas por isso. Se as paredes e os tetos são de vidro, se nós não chegamos aos espaços de poder, se são invisíveis os limites impostos, é para que as mulheres se sintam culpadas. A culpa é dos mais profundos instrumentos de dominação – dos mais profundos instrumentos de dominação.

Quantas vezes a sociedade quis, em linhas tortas, dizer que a mulher pode, sim, ocupar o espaço público, mas que ela também tem que ser responsável pela saúde dos filhos, pela casa, por todas as funções que a sociedade lhe impõe? A mulher sai para o espaço público, mas o espaço doméstico continua sem ser repartido. Nós queremos repartir o espaço doméstico! Nós queremos que o espaço doméstico seja de responsabilidade de todos na casa. É culpa o que carregam as mulheres quando deixam seus meninos para ir trabalhar, culpa porque eles choram, culpa, esse instrumento invisível de dominação e de destruição da própria autoestima.

Eu vou encerrar dizendo que não há que se pensar em políticas públicas sem equidade de gênero, que não há que se pensar em nenhum tipo de política pública que não conte com o protagonismo das mulheres ou em que as mulheres não tenham reconhecida a sua coragem. De tudo o que passei na vida – e vi muita coisa que eu não queria ter visto, muita coisa! —, eu muito presenciei a coragem das mulheres. Vi mulheres enfrentarem traficantes para libertar seus meninos, vi mulheres caírem em poços profundos sem saber nadar para salvar seus meninos, vi mulheres enfrentarem tudo e todos, o desconhecido, para fazer justiça.

Nós mulheres carregamos uma imensa coragem, que tem que ser reconhecida e que tem que ser desenvolvida, para que nós possamos espaiá-la para o conjunto das nossas relações. O protagonismo das mulheres é fundamental para a construção de uma nova sociedade.

Encerro lembrando Simone de Beauvoir, quando disse: *“Nós, mulheres, o que queremos? Nós mulheres queremos o poder, mas não o poder contra os homens, nem o poder de dirigir instituições falidas. Nós, mulheres, o que queremos? Nós mulheres queremos o poder de sermos nós mesmas. Nós mulheres queremos o direito de vivermos plenamente a nossa própria humanidade.”*

Um abraço. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Deputada Erika Kokay.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Quero registrar a presença da Deputada Fátima Bezerra, que, no ano que vem, virá para cá, como Senadora da República. Parabéns! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra a Deputada Cida Borghetti.

A SRª CIDA BORGHETTI (Bloco/PROS-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Bom dia a todos!

Quero, de maneira muito carinhosa, cumprimentar a Presidente desta sessão, a Senadora e querida amiga Angela Portela. O seu trabalho nesta Casa, juntamente com as demais Senadoras, realmente é um espelho positivo para o Brasil, sempre na defesa da mulher, da criança e do adolescente. Conhecemos o seu trabalho.

E, de uma maneira muito especial, quero cumprimentar a coordenadora da bancada feminina da Câmara Federal, uma mulher com uma trajetória maravilhosa, aliás, de luta e de sofrimento, mas uma mulher que conseguiu sempre dar a volta por cima e que está aqui representando todas nós mulheres brasileiras que lutamos sempre a favor da vida e dos direitos de todas nós mulheres brasileiras.

Parabéns, Deputada Jô, pelo seu trabalho, pela sua garra, pela sua força e também por nos manter sempre juntas, unidas, em favor das mulheres; aliás, em favor de políticas públicas que atendem ao interesse de toda a Nação brasileira.

Cumprimento a Deputada Erika Kokay, que usou há pouco a tribuna e que, aliás, fez um pronunciamento belíssimo, forte, profundo; cumprimento as Deputadas que por aqui passaram, como a Deputada Nilmar Ruiz, que fez um pronunciamento do fundo do coração. Mas eu digo à Deputada Nilmar que ela sai, mas com a certeza de que, num futuro ainda muito próximo, pode voltar a esta Casa, ao Senado ou à Câmara. Ela está credenciada para isso pelo seu profundo conhecimento, principalmente na área da educação.

Cumprimento a Deputada Fátima Bezerra, Senadora eleita, pelo seu relevante trabalho, durante anos, nesta Casa, no Congresso Nacional, à frente das lutas pela educação. O seu Estado reconheceu o seu valor, a sua luta, o seu trabalho, depositando em seu nome a confiança do voto e da representação popular. Parabéns! Desejo sucesso. S.Exa. estará aqui nesta Casa nos próximos 8 anos.

Quero manifestar a minha grata participação aqui durante 4 anos. Eu também me despeço desta Casa este ano, mas tenho certeza de que estarei muitas vezes aqui pedindo apoio, ajuda das nossas Parlamentares, porque, a partir do dia 1º de janeiro, ocuparei a vice-governadoria do Estado do Paraná. Fui eleita agora e carrego comigo, sempre, a bandeira da defesa dos direitos de todas as mulheres, das crianças e dos adolescentes.

Hoje, realmente, é um dia muito especial: o lançamento da Campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Eu falei à Deputada Jô Moraes que entendo que essa campanha deveria ser permanente. Essa campanha, que chama a atenção para a não violência, deveria, realmente, ser permanente, porque ainda nos depa-ramos com violência.

Temos, aliás, a Lei Maria da Penha, que é a lei mais avançada do mundo na defesa dos direitos da mu-lher. Mas o nosso País ainda está muito atrás de outros países, precisa realmente exercer o que determina a Lei Maria da Penha na proteção a todas as mulheres.

Nós não podemos nos calar diante da violência, quer física, quer moral ou emocional, seja no âmbito doméstico, seja fora do lar. Vários tipos de agressão e de violência contra as mulheres atingem as nossas famí-lias, principalmente as nossas crianças. Nós realmente não podemos nos calar diante dos relatos que vemos todos os dias estampados na imprensa, nos jornais, nas rádios, sobre mulheres, jovens ainda, vítimas de vio-lência doméstica, estupro, enfim, vários tipos de violência. Nós temos, sim, que denunciar isso. E que a mulher não se cale diante da covardia de homens que ainda cometem essa violência, principalmente em casa.

Mulheres, disquem para o 180. Não tenham medo; não tenham vergonha das suas famílias, dos seus vizinhos e também dos seus amigos. É melhor denunciar para salvar, sim, a sua vida e a da sua família. Quero me somar a essa campanha.

Não vou estender o meu discurso pelo adiantado da hora, mas quero dizer que aqui, nesta Casa, Sena-dor – V.Exa. agora nos acompanha e posteriormente fará seu pronunciamento —, estamos bem representados pelo Comando Aéreo Regional, da Aeronáutica, mulheres que representam a Aeronáutica brasileira, bem como por representantes do Hospital Naval, da Marinha, do Comando do 7º Distrito Naval e também do gabinete do Comandante da Marinha. Essas mulheres que aqui estão, brasileiras, fazem um trabalho extraordinário.

Percebo que a motivação e a união de todas nós vai fazer a diferença. O Brasil está avançando. As polí-ticas públicas devem avançar cada vez mais na proteção da família, da mulher e da criança em conjunto.

Só para encerrar, Presidente, Senadora Ângela, e Deputada Jô, quero dizer que estive recentemente na Cidade do México e visitei Monterrey, uma cidade de 8 milhões de habitantes, onde está o centro mais avan-çado de atenção à criança na primeira infância, de zero a 6 anos e de zero a 8 anos.

Há 25 anos, centros estão instalados na cidade de Monterrey, priorizando essa atenção à primeira in-fância. A qualidade da educação cresceu muito e hoje serve de modelo para o mundo.

Nós visitamos esses centros e participamos do Seminário Internacional da Primeira Infância. Lá eu pude perceber que esses CENDIs, os centros de atenção à criança, só existem porque, há 25 anos, Lupita Anaya, pro-fessora que naquele momento era Deputada, conseguiu aprovar um projeto muito importante para a atenção às crianças e coibir a violência doméstica contra as mulheres através de um programa intenso de atenção à primeira infância.

Parabéns à bancada feminina da Câmara e do Senado e à Senadora Vanessa Grazziotin, que é uma grande parceira! Parabéns a vocês, mulheres, que neste dia vêm trazer a sua vontade de continuar esse traba-lho de luta e dar um ponto final, um basta à violência contra as mulheres! (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, querida Deputa-da Cida.

Parabéns e boa sorte na nova luta como Vice-Governadora do Estado do Paraná.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Exma. Sra. Senadora Angela Portela, que preside esta sessão; a Exma. Sra. Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora da Mulher nesta Casa; a Exma. Sra. Deputada Federal Nilmar Ruiz, que fez um belo relato aqui e falou de sua volta à base, para atuar como professora e continuar o seu combate em defesa das políticas para as mulheres; e a Exma. Deputada Erika Kokay, que não se encontra aqui presente, mas que também fez uma fala muito forte, muito emocionante.

Gostaria também de fazer um cumprimento especial aos representantes do Sexto Comando Aéreo Regional, da Aeronáutica; aos representantes do Hospital Naval, da Marinha; aos representantes do Comando do 7º Distrito Naval; aos representantes do gabinete do Comandante da Marinha; e a todas as mulheres e ho-

mens que aqui se fazem presentes, uma saudação especial nesta data que marca o início dessa Campanha *16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Eu fiz questão de estar aqui presente, Senadora Vanessa Grazziotin, para justificar algo que acho fundamental partilhar com todos os presentes.

É muito triste quando a gente faz um evento destinado ao ativismo pelo fim da violência contra a mulher e vê um número muito pequeno de homens presentes. Se existe a violência contra as mulheres, existem homens que praticam a violência contra as mulheres.

E eu entendo que mulheres falando delas para elas próprias não vão mudar esse cenário. Ou nós encontramos uma forma de envolver os homens nessa discussão, ou não teremos esse quadro melhorado.

E eu entendo também que, muito na linha daquilo que defendeu a Deputada Erika Kokay, a diminuição da violência certamente virá com o cumprimento das leis, mas também virá fortemente quando tivermos a representação da mulher com maior força em todas as estruturas da sociedade.

E, nesse sentido, eu faço a minha justificativa do porquê de não estar aqui desde o início desta sessão. Eu estava na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no Senado Federal, tentando encontrar aliados para votar um projeto meu, o Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2014, que prevê que, nas eleições para o Senado com duas vagas, uma vaga seja destinada às mulheres.

É um projeto extremamente difícil de passar nesta Casa, porque dos 81 Senadores, nós temos apenas 13 mulheres, nem todas integrantes da Comissão de Constituição e Justiça. Então, estamos fazendo uma batalha tremenda.

Duas vezes, na semana passada, a matéria não foi colocada em pauta porque um Senador arguiu a condição de Líder para não permitir que ela fosse colocada em pauta. Hoje nós tentamos fazer a discussão para tentar mobilizar os Senadores e as Senadoras para dar o quórum qualificado para a decisão terminativa e também tivemos a manifestação contrária de um Líder, no sentido de impedir que a discussão acontecesse. Mas é ledor engano imaginar que o não início da discussão da matéria na CCJ vai fazer com que o debate não aconteça na sociedade, porque estamos fazendo esse debate.

Nós levamos ao conhecimento de praticamente todas as entidades que atuam na defesa das políticas para as mulheres e que atuam em defesa das mulheres o debate sobre esse projeto, porque a reforma política tem que acontecer.

Mas nós não podemos, sob o argumento de buscar a reforma política perfeita, deixar de fazer a reforma política por partes, porque o conjunto da reforma política mexe com tantos interesses que acaba não acontecendo.

Portanto, nós temos que pinçar alguns assuntos e trabalhar em cima deles. Nós poderíamos ter apresentado um projeto que previsse mudanças no equilíbrio de gênero aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados, simultaneamente. Certamente, a dificuldade para aprovar essa matéria seria muito maior. Exatamente por isso eu foquei numa proposição para resolver a situação do equilíbrio aqui no Senado, porque nós temos no Senado Federal uma única exceção, porque aqui nós temos um cargo da República que é majoritário. O Senador da República é o único cargo majoritário que tem a exceção de, a cada 8 anos, fazer uma eleição com duas vagas. E, nessas circunstâncias, eu defendo que haja uma vaga destinada às mulheres e outra vaga destinada aos homens. Tenho certeza de que nós vamos fazer esse bom debate. E certamente vai inspirar outras proposições que também possibilitem equilíbrio de gênero nas outras Casas Legislativas da Federação, tanto na Câmara dos Deputados quanto nas Assembleias Legislativas, na Assembleia Distrital e nas Câmaras de Vereadores.

E por que apresentamos essa proposta? Porque o Brasil figura, hoje, na 158ª posição no *ranking* mundial de representação feminina no Parlamento. O Brasil consegue estar atrás até dos países árabes, que têm a pior relação de gênero do mundo. Então, nós temos aí uma situação vergonhosa.

E eu tenho insistentemente desafiado os Srs. Senadores do sexo masculino, no sentido de que, ou tomamos uma atitude de desprendimento, aceitando essa possibilidade do equilíbrio de gênero, nas situações em que há eleições com duas vagas, ou então não vai acontecer esse equilíbrio de gênero no Senado, que é a Casa do equilíbrio da Federação. E, para ser a Casa do equilíbrio da Federação, ele tem que estar mais bem representado pelas mulheres, porque as mulheres são mais de 50% da população brasileira e mais de 50% do eleitorado brasileiro. Não é justo que uma Casa com 81 representantes tenha apenas 13 mulheres.

Nós precisamos fazer com que esse projeto seja aprovado, para que tenhamos pelo menos uma representante do sexo feminino em cada uma das Unidades da Federação. Aí, sim, nós teríamos, dos 81 Senadores, no mínimo 27 representantes do sexo feminino. E, dessa maneira, vamos contribuir para o equilíbrio de gênero, também contribuindo para fazer cumprir o art. 60 da Constituição, no que diz respeito às garantias indivi-

duais, porque, querendo ou não, a isonomia também faz parte da defesa dos direitos fundamentais. Temos de trabalhar fortemente em cima disso.

Então, a minha mensagem aqui é uma mensagem de solidariedade e de total admiração pela luta das mulheres, porque as mulheres trabalham infinitamente mais do que os homens, em geral porque têm que dar conta de dupla, tripla jornada. E, exatamente por isso, estão absolutamente preparadas para todos os desafios.

Os homens não podem, a pretexto de falar de certos conceitos equivocados, dizer que democracia é disputar em condição de igualdade. Não! Nós temos que estabelecer políticas afirmativas para poder tratar situações de desigualdade com regras também desiguais. Caso contrário, não vamos estabelecer esse equilíbrio nem agora, nem no futuro. Nós precisamos efetivamente fazer esse debate, no sentido de permitir que haja maior presença da mulher na política, haja maior presença da mulher nos postos de comando dos poderes constituídos e também das empresas. Assim, eu tenho certeza de que nós vamos dar uma grande contribuição para o fim da violência contra a mulher, porque quando elas assumem a posição de protagonismo contribuem para a diminuição da violência que sofrem.

Portanto, fica a minha manifestação de solidariedade e a minha total disposição de continuar essa luta. O meu mandato termina. Fizemos no Estado do Acre um esforço tremendo para que eu fosse substituído pela Deputada Perpétua Almeida. Não foi possível, por conta das circunstâncias estabelecidas, mas a luta continua. Eu espero continuar manifestando essa minha solidariedade e levando a minha contribuição ao debate em qualquer ambiente.

Entendo que uma sociedade pode ser, e deve ser, muito melhor, com maior equilíbrio de gênero e com as pessoas se respeitando e se amando mutuamente, porque é assim que a gente constrói a sociedade dos nossos sonhos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, a Srª Angela Portela, 2ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Já estamos caminhando para a conclusão dos trabalhos de hoje desta sessão. Ouviremos ainda as representantes dos movimentos sociais, que pacientemente ficaram aqui até este momento.

Então, convido para fazer uso da palavra, representando a União Brasileira de Mulheres, a sua Presidente, Lúcia Rincon.

Enquanto Lúcia se aproxima, gostaria de agradecer ao grupo de trabalho dos *16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres*. Nós procuramos – Câmara dos Deputados e Senado – ampliar e envolver todas as entidades possíveis.

Agradecemos aos Correios, à Secretaria de Políticas para Mulheres, à ONU Mulheres, ao Ministério da Justiça, ao SUS – Sistema Único de Saúde, à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, ao Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, à Secretaria de Gênero da Associação de Magistrados do Brasil, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Ministério da Saúde, à Organização Pan-Americana de Saúde, à Organização Mundial da Saúde, à Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, à União da Juventude Socialista, ao Grupo Banco Mundial, ao Ministério Público Federal, à Força Sindical, à União Geral dos Trabalhadores – UGT, à Convenção de Belém do Pará+20, à Nova Central, à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, à União dos Negros pela Igualdade e à Campanha Compromisso e Atitude.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM) – Com a palavra Lúcia Rincon, para fazer a sua saudação.

A SRª LÚCIA RINCON – Muito boa tarde, senhoras e senhores.

Eu quero saudar a Mesa e este Congresso Nacional, nas pessoas das nossas representantes Senadora Vanessa Grazziotin, no Senado, e minha querida Jô Moraes, primeira Presidenta da União Brasileira de Mulheres.

Quero dizer que as pessoas presentes tiveram a oportunidade de ver neste evento vitorioso uma representação muito significativa do Parlamento, que hoje se apropria e defende a luta contra a violência às mulheres. Mas quero nomear também – e saudar – outros segmentos que aqui estiveram e que muito representam na nossa luta cotidiana para fazer avançar a nossa sociedade e para fazer avançar a representação das mulheres no Brasil.

Primeiro, quero saudar a mais nova Presidenta de um órgão de controle social, a companheira Olgamir Amancia, que foi eleita ontem Presidenta do Conselho de Mulheres do Distrito Federal e é também ubemista. *(Palmas.)*

Quero saudar as mulheres negras, que nestes dias proclamam em todos os cantos do nosso País a importância da luta contra o racismo e a discriminação. E o faço na pessoa da nossa Secretária da Mulher no Distrito Federal, a companheira ubemista Valesca Rodrigues Leão. *(Palmas.)*

Quero saudar outro segmento importantíssimo na luta contra a discriminação contra as mulheres e pelo fim da violência: a juventude brasileira. Faço-o na pessoa da companheira ubemista representante da juventude na União Brasileira de Mulheres, Maria das Neves. *(Palmas.)*

Quero saudar também a ubemista que lidera a juventude secundarista brasileira, a companheira Bárbara Melo, aqui presente.

Quero dizer com isso, companheiras e companheiros, que a luta pelo empoderamento das mulheres para abrir espaços – e hoje me alegra ver tanta mulher fardada aqui –, que se fez ao lado do Congresso Nacional, é uma luta encabeçada pela União Brasileira de Mulheres, nas suas entidades de base, há mais de 30 anos.

Essa luta que hoje se materializa nos 16 Dias de Ativismo, na particularidade da violência, é uma luta que neste momento da sociedade brasileira precisa estar colocada, pois é um momento que sai de um embate seriíssimo das forças democráticas neste País, de afirmação da democracia, que é tão imprescindível para o avanço das nossas lutas.

A reeleição de Dilma Rousseff, uma mulher na Presidência da República no nosso País, também fez vir à tona os setores mais conservadores da nossa sociedade. E nós, mulheres brasileiras, estivemos à frente, dizendo que nós não vamos retroceder.

Portanto, companheiras e companheiros, dizemos agora ao Congresso Nacional: ao lado da aprovação de tanta lei importante pela CPMI de Violência contra a Mulher, como aqui foi apontado – e tivemos a presença firme da companheira Deputada Jô Moraes –, o movimento social vem dizer, neste momento de afirmação, que não aceitaremos retrocesso em nossa democracia, porque às mulheres, para o avanço dos nossos direitos e para garantir a emancipação da sociedade e de toda a humanidade, interessa o aprofundamento da democracia.

Nós estaremos, portanto, companheiras e companheiros, nas ruas de todo o Brasil, chamando Parlamentares e movimentos sociais, somando com os avanços. As mulheres, nesta quadra da nossa sociedade, não somarão com o retrocesso. Somaremos, sim, com a continuidade de mais políticas para as mulheres, representadas hoje na Casa da Mulher Brasileira. E já tivemos a primeira inauguração, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, no Mato Grosso do Sul.

Queremos dizer que nós vamos continuar a luta para garantir a transversalidade de gênero – que tanto traz os fundamentalismos para dentro desta Casa – na CONAE, que hoje se inicia. E nós estaremos lá – não é, Bárbara? – mobilizando mulheres e homens, a juventude brasileira, no sentido da compreensão de que essa luta precisa passar pelas escolas, precisa passar pela educação formal e não formal. Assim, como aqui já foi apontado por vários Parlamentares, nós conseguiremos fazer melhor o embate ideológico, que significa romper o patriarcado e mudar a condição da mulher na sociedade.

Nós lutaremos, sim, por mais casas abrigo. Nós lutaremos, sim, companheiras e companheiros, para que as políticas públicas para as mulheres estejam cada vez mais presentes nos Estados e nos Municípios, porque a nós mulheres interessa a luta estratégica por um mundo de igualdade, contra toda opressão.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Durante o discurso da Srª Lúcia Rincon, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Jô Moraes.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Esta Casa, neste momento, vive uma situação regimental particular, porque é necessário agilizar os trabalhos do Congresso. Temos a reabertura dos trabalhos da Comissão de Orçamento. Vamos caminhar para as palavras finais das nossas duas últimas convidadas representantes da sociedade civil. Peço que compreendam essas exigências regimentais.

Queria chamar para fazer uso da palavra, cumprimentando toda a juventude brasileira, a Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Bárbara Melo.

Aproveito para registrar a presença e cumprimentar aquela que dirige o trabalho específico das mulheres, a nossa querida Maria das Neves, e a Presidente da União Brasileira de Mulheres do Distrito Federal, Rita Polli.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Com a palavra Bárbara Melo.

A SRª BÁRBARA MELO – Bom dia. Como acho que ninguém almoçou ainda, digo “bom dia”.

Nós, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES, estamos aqui, no dia de hoje, por entender a importância da luta das mulheres. Nós, do movimento estudantil, sabemos o quanto a escola nos encarcera, e não nos liberta; o quanto a escola reproduz o machismo; o quanto a escola banaliza a violência sofrida pelas mulheres. E nós, da UBES, na nossa incansável luta pela reformulação do ensino médio, por mais verbas para

a educação e pela melhoria da educação, entendemos que a luta pela igualdade de gênero é fundamental. E aqui nesta Casa já ganhamos e já perdemos muitas batalhas.

O Plano Nacional de Educação – PNE foi aprovado. Isso é uma grande vitória. Porém, é importante destacar que, no que tange à igualdade de gênero, nós perdemos. O texto do PNE não teve nenhuma flexão de gênero, inclusive no que tange a propor que a escola seja um espaço onde não haja preconceito contra as mulheres, preconceito de orientação sexual de gênero. Infelizmente, a bancada fundamentalista conseguiu se articular para que isso não passasse.

E para que esse tipo de coisa não ocorra mais, para que o que seja aprovado nesta Casa e na Câmara Federal seja cada vez mais paritário com o desejo de todas e todos, com o desejo das mulheres, com o desejo dos estudantes e dos trabalhadores, é necessário aprofundar a nossa democracia, democracia que foi tão bem defendida pelos estudantes. Nós, as entidades estudantis – muitos heróis nossos tombaram, como a Helenira Rezende, como a Maria Lucia Petit —, precisamos aprofundar a nossa democracia com reformas estruturais.

Não dá mais para a mídia mostrar que o estupro é algo normal. Não dá mais para aceitar um seriado chamado *Sexo e as Negas*. Não dá para aceitar o preconceito que se tem todo dia quando se liga a televisão, onde a mulher é colocada como objeto sexual; onde a mulher é usada para vender produtos; onde a mulher se mostra mais na televisão com propaganda de cerveja do que falando, dando sua própria opinião, do que falando daquilo que ela vê no mundo e quer mudar, expondo-se enquanto sujeito, enquanto ser da sociedade que tem voz e que tem vez.

E, para acabar com a disparidade aqui dentro do Congresso Nacional e do Senado Brasileiro, é importante a reforma política, com lista de alternância de gênero. E é preciso que a reforma política seja em torno do debate de ideias, com participação popular.

Infelizmente, muitas vezes, a cabeça das pessoas, especialmente a nossa, dos jovens, fica confusa com a falta de identidade que se tem hoje em dia. Infelizmente, muitos partidos políticos têm um debate político esvaziado. E para o debate político ser cada vez mais qualificado, para a opinião de toda a sociedade ser considerada, é importante uma reforma política com a inclusão das mulheres e com a participação popular.

Por isso, eu acredito que nós só vamos conseguir reduzir a violência contra a mulher, ou acabar com a violência contra a mulher quando todas nós, todas nós formos para as ruas, quando todas nós não só conseguirmos pautar uma reforma política, mas também não aceitarmos nenhum tipo de violência, não nos calarmos, denunciarmos, porque violência não é só física, é verbal. Violência é também a opressão que as mulheres sofrem no dia a dia, não só com um tipo de agressão, mas com um mero “fui-fui” na rua.

Eu acredito que nós mulheres devemos nos unir para ocupar cada vez mais espaços de poder, ocupar o nosso lugar, alcançar o respeito que merecemos na sociedade brasileira e acabar com a violência contra a mulher. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Obrigada.

Quero registrar que as organizações da juventude, durante o debate sobre o Plano Nacional de Educação, lutaram muito para ver asseguradas as suas conquistas, particularmente a Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Bárbara Melo, a nossa querida Maria das Neves e a nossa querida Presidente do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, Ângela Guimarães.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Quero registrar a presença do Senador Inácio Arruda, no momento em que convido, para fazer a sua saudação, a Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, a ex-Secretária Olgamir Amancia Ferreira.

A SRª OLGAMIR AMANCIA FERREIRA – Boa tarde a todas. Boa tarde a todos. Cumprimento a nossa Senadora Vanessa Grazziotin; a Senadora Ana Rita, aqui presente; e a Deputada Jô Moraes, nossa Líder da bancada feminista, na pessoa de quem cumprimento esta Casa como um todo.

Trago a saudação do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, que tem uma trajetória de luta em defesa de políticas para as mulheres e que fica muito feliz quando testemunha ações como esta.

Parabenizo pela sessão que mais uma vez ocorre aqui, destacando a importância de campanhas como esta, que nós desencadeamos no sentido de trazer para a visibilidade a luta acerca da violência praticada contra as mulheres permanentemente, cotidianamente.

Eu diria que a Campanha *16 Dias de Ativismo* cumpre o papel de trazer para a visibilidade aquilo que a sociedade historicamente insiste em esconder, em colocar debaixo do tapete, que é a violência que as mulheres sofrem dentro de casa e fora de casa. É uma violência que campeia todas as áreas sociais. Ela atinge a mulher, independentemente de idade. Então, é uma violência praticada contra a mulher jovem, como aqui muito bem destacado já pela representante da juventude. É uma violência que ataca também a mulher idosa, a mulher do campo, a mulher urbana, a mulher negra. Ou seja: é a violência que ataca a mulher pelo fato de ela ser mulher e viver numa sociedade em que a condição de ser mulher é condição de sujeição, é condição de dominação. E

nós não podemos aceitar isso como algo natural. Mas, infelizmente, assim é tratado, naturalizado e para o que, muitas vezes, a sociedade, os espaços institucionais fecham os olhos.

Então, quando o Congresso Nacional realiza esse tipo de iniciativa, uma sessão iniciando um processo como esse, significa que esta Casa acolhe essa demanda social e se coloca para não mais legitimar, não mais naturalizar algo que responde tanto pela morte das mulheres quanto pela sua submissão, pela sua sujeição, pela morte real das mulheres, mas também pela morte cotidiana que se dá pela violência psicológica, que se dá pela violência moral e outras formas mais que nós testemunhamos, que se materializa nas redes sociais, que se materializa nas relações e que precisa ser enfrentada a cada dia.

Quero encerrar a minha fala destacando a CPMI da Violência contra a Mulher, que apresenta um conjunto, como aqui já foi posto pela Deputada Jô Moraes, à época, Presidenta da CPMI, de projetos de lei que são fundamentais para essa caminhada que nós enfrentamos.

Eu queria destacar um projeto de lei que considero que não pode ser adiado: aquele que diz respeito à alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para garantir que em cada escola deste País, pública ou particular, desde a educação infantil até o ensino médio, a temática de gênero e as questões relativas ao direito da mulher sejam trabalhadas dentro das nossas salas de aula para que, de fato, nós possamos mudar a cultura.

Se é verdade que precisamos fortalecer os equipamentos de enfrentamento à violência contra a mulher, como casa abrigo, centros especializados e outros espaços mais, também precisamos investir na mudança da cultura. E a mudança da cultura passa pela mudança na forma como a educação trabalha isso. Nós precisamos de uma educação realmente emancipatória, uma educação que liberte, porque senão continuaremos convivendo com a sujeição e a morte de muitas mulheres.

Parabéns, mais uma vez, Senadora e Deputada, pela sessão e pela luta. As mulheres estão na luta, o Conselho dos Direitos da Mulher e as entidades de mulher do Distrito Federal se irmanam nessa caminhada, que é uma caminhada de toda a sociedade.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Nós agradecemos à Presidente do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal as palavras.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Passamos a palavra ao Senador Inácio Arruda, para as palavras de encerramento desta sessão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma boa tarde a todos e a todas, à nossa querida Deputada Jô Moraes, à nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, às nossas convidadas que estão participando desta importante jornada de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres em todo o Brasil.

Eu pedi a palavra para destacar três coisas muito breves, para que todos possam encerrar, em grande estilo, esta importantíssima solenidade.

A primeira é cumprimentar o conjunto das mulheres brasileiras que avançam destemidamente em todas as áreas. Aqui, encontramos as jovens oficiais da Marinha e da Aeronáutica. Eu espero, daqui a pouco, que uma mulher, brava, da Aeronáutica assuma o posto de Brigadeiro. Acho que já está na hora de acontecer isso. A Marinha, mais ousadamente, já alcançou esse posto. Espero também que o Exército possa receber as mulheres no seu corpo de oficiais, para que possamos avançar ainda mais, mesmo porque o processo de consolidação democrática assim exige. E nós vamos ter muito mais convicções democráticas com a presença das mulheres, digamos assim, em todas as Armas do nosso Brasil.

A segunda é destacar o trabalho que tomamos a iniciativa de contribuir, aqui, no Congresso Nacional, pela igualdade das mulheres do ponto de vista da remuneração em todas as atividades. Não é possível manter diferenciações entre homens e mulheres do ponto de vista de remuneração na mesma atividade. Isso está em curso em nosso País. Essa é uma conquista também muito importante que vai avançando.

Uma recente atividade que atinge muitas mulheres e está ligada à questão do ativismo pelo fim da violência contra as mulheres é o assédio moral. Nós acabamos de aprovar, Deputada Jô, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de lei que deverá ir à Câmara dos Deputados. E espero que uma mulher assuma a responsabilidade de conduzi-lo.

Nós estamos propondo que o nome do projeto seja Regina Célia Leal, uma pesquisadora da Universidade de São Paulo que sofreu assédio moral. Começou com assédio sexual, passou a assédio moral, e terminou com essa jovem cometendo suicídio, por uma pressão desastrosa no ambiente de trabalho.

O assédio moral atinge particularmente as mulheres. Atinge homens também em pequena parcela. Mas o grosso das pessoas atingidas, no ambiente de trabalho, são as mulheres.

Por todas essas questões, eu fiz questão de me manifestar nesta solenidade, dando o apoio do meu partido e o meu em particular à nossa causa comum de combate à violência, essa violência que se espalha pelos rincões do Brasil afora, e que nós temos meios, sim, de combatê-la. Existem mecanismos legais que nós temos que utilizar para combatê-la, mas essa violência bate, principalmente, sobre as mulheres. Nós precisamos de muita força, muita unidade e muita energia para impedir que as mulheres continuem sendo assediadas, que o assédio se transforme em violência e que a violência leve à morte de mulheres, muitas vezes por motivos absolutamente banais.

Deputada Jô Moraes e Senadora Vanessa Grazziotin, recebam os nossos cumprimentos pela solenidade. Eu espero que possamos manter firme o ativismo para garantir que não só se reduza, mas se elimine a violência contra as mulheres em nosso Brasil.

Um abraço. Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Nós agradecemos ao Senador Inácio Arruda, um parceiro permanente nesta luta.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB-MG) – Cumprimentamos mais uma vez os movimentos sociais aqui presentes, que ficaram conosco até este momento: a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a União da Juventude Socialista, o Conselho Nacional de Juventude, a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira de Mulheres.

Cumprimentamos também as oficiais da Marinha, as oficiais da Aeronáutica, as demais autoridades presentes e os assessores que nos acompanharam.

E cumprimentamos a Senadora Vanessa Grazziotin, que, como Procuradora Especial da Mulher no Senado, associou-se à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados para que nós lembremos à sociedade que estaremos alertas, vigilantes, porque queremos uma sociedade em que a violência não seja o cotidiano nas quatro paredes das nossas casas.

Antes de encerrar a sessão, a Presidência agradece as autoridades e a todos mais que nos honraram com sua presença. *(Palmas.)*

Está encerrada a sessão solene.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 11 minutos.)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Devanir Ribeiro (PT-SP)⁽¹⁾

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)⁽¹⁾

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP)⁽¹⁾

Relator do PLDO: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Relator da Receita: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)^(22,21)

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria	
TITULARES	SUPLENTE
(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. João Alberto Souza - PMDB/MA
Romero Jucá - PMDB/RR	2. Vital do Rêgo - PMDB/PB
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. João Capiberibe - PSB/AP
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM ⁽²⁶⁾	1. Gim - PTB/DF
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
SD	
Vicentinho Alves - TO	1. Ataídes Oliveira - PROS/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Beto Faro - PA	1. Assis Carvalho - PI
Devanir Ribeiro - SP	2. Geraldo Simões - BA ⁽¹⁷⁾
Luiz Alberto - BA	3. Cláudio Puty - PA ⁽⁸⁾
Paulo Pimenta - RS ^(22,21)	4. Reginaldo Lopes - MG
Waldenor Pereira - BA	5. Ronaldo Zulke - RS
PMDB	
Alexandre Santos - RJ ⁽⁵⁾	1. Alceu Moreira - RS ⁽⁵⁾
Geraldo Resende - MS ⁽⁵⁾	2. João Magalhães - MG ⁽¹⁰⁾
Lucio Vieira Lima - BA ⁽¹⁰⁾	3. Hermes Parciannelo - PR
Gastão Vieira - MA	4. Júnior Coimbra - TO ⁽²⁹⁾
Sandro Mabel - GO	5. Professor Setimo - MA ⁽³⁰⁾
PSDB	
Luiz Fernando Machado - SP	1. Izalci - DF ⁽¹¹⁾
Nílson Leitão - MT	2. Cesar Colnago - ES ⁽¹⁶⁾
Rodrigo de Castro - MG	3. Alfredo Kaefer - PR ⁽¹⁸⁾
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Eliene Lima - MT
Jaime Martins - MG	2. Geraldo Thadeu - MG ⁽²⁸⁾
Urzeni Rocha - RR ⁽⁴⁾	3. Moreira Mendes - RO ⁽⁴⁾
PP	
Betinho Rosado - RN	1. Aline Corrêa - SP
João Leão - BA ⁽⁹⁾	2. Lázaro Botelho - TO
Vilson Covatti - RS	3. Sandes Júnior - GO
PR	
Luciano Castro - RR	1. João Carlos Bacelar - BA
Milton Monti - SP	2. João Maia - RN
PSB	
VAGO ⁽²⁰⁾	1. Alexandre Roso - RS
Sandra Rosado - RN	2. Paulo Foletto - ES
DEM	
Felipe Maia - RN	1. Carlos Melles - MG ⁽¹²⁾
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO	2. VAGO
SD	
Benjamin Maranhão - PB ^(7,23)	1. Laercio Oliveira - SE ^(7,25,24,23)
PTB	
Wilson Filho - PB	1. Arnon Bezerra - CE
Bloco PV, PPS	
Penna - PV/SP ^(13,27)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP
PROS	
Givaldo Carimbão - AL ⁽⁶⁾	1. Dr. Jorge Silva - ES ⁽⁶⁾

TITULARES	SUPLENTE
PDT	
Marcos Rogério - RO ⁽¹⁹⁾	1. Félix Mendonça Júnior - BA ⁽¹⁹⁾
PCdoB	
Daniel Almeida - BA	1. João Ananias - CE
PSC	
Silvio Costa - PE	1. Filipe Pereira - RJ ⁽¹⁴⁾
PSOL	
Ivan Valente - SP ⁽³⁾	1. Chico Alencar - RJ ⁽³⁾
PRB	
Cleber Verde - MA	

Notas:

*. Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

**. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

23. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

25. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.
26. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
27. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
28. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
29. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (SD-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP-BA)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (PMDB-MA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Senador Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira (PMDB)
PR	Deputado João Maia (PR)
PSD	Deputado Eliene Lima (PSD)
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke (PT)
PSDB	Deputado Cesar Colnago (PSDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (SD / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha (PSD)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães (PMDB)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS)^(2,1)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo (PMDB / PB)
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB / RR)
PSDB	Senador Cyro Miranda (PSDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel (PMDB)
PSB	Deputado Alexandre Roso (PSB)
PSD	Deputado Roberto Dornier (PSD)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado (PP)
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto (PT)
PMDB	Deputado Alexandre Santos (PMDB)
PR	Deputado Luciano Castro (PR)
PSD	Deputado Moreira Mendes (PSD)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ) { 38,57,61,15,26 }

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) { 38,57,61,15,26 }

RELATOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) { 38,57,61,17,26 }

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Jorge Viana - PT/AC {5}	1. Wellington Dias - PT/PI {5}
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM {19,12,5}	2. Lindbergh Farias - PT/RJ {5}
Anibal Diniz - PT/AC {30,5,34,42,66}	3. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE {5}
Cristovam Buarque - PDT/DF {5}	4. VAGO {19,5}
Inácio Arruda - PCdoB/CE {56,29}	5. VAGO {29}
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Valdir Raupp - PMDB/RO {2,14,52,44,54}	1. Vital do Rêgo - PMDB/PB {2,44}
Eduardo Braga - PMDB/AM {2,44}	2. Romero Jucá - PMDB/RR {2,44}
Ciro Nogueira - PP/PI {2,11,44}	3. VAGO {2,44}
Sérgio Petecão - PSD/AC {2,20,44}	4. VAGO {21,2,44}
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP {3}	1. Jayme Campos - DEM/MT {3,32,53}
Fleury {33,6,9,62,65,63}	2. VAGO {6,9,50,51,40,49}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
João Vicente Claudino - PTB/PI {44,35}	1. VAGO {37,36}
Blairo Maggi - PR/MT {58,64}	2. VAGO
PSOL {1}	
Randolfe Rodrigues - AP {4,44}	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Fernando Ferro - PE (7)	1. VAGO (7,45)
Márcio Macêdo - SE (7)	2. Leonardo Monteiro - MG (7)
PMDB	
Valdir Colatto - SC (16,13,7)	1. Colbert Martins - BA (7,48)
André Zacharow - PR (7,23,24)	2. Adrian - RJ
PSD	
Hugo Napoleão - PI (31,29)	1. Felipe Bornier - RJ (60,29)
Thiago Peixoto - GO (60,29)	2. VAGO (29)
PSDB	
Ricardo Tripoli - SP (7,25,46)	1. Antonio Carlos Mendes Thame - SP (7,46)
PP	
Gladson Cameli - AC (7,47)	1. Luis Carlos Heinze - RS (7,47)
DEM	
Rodrigo Maia - RJ (7)	1. VAGO (7,22)
PR	
Gorete Pereira - CE (7,43,59)	1. VAGO (7,27)
PSB	
Alfredo Sirkis - RJ (7,55,41)	1. Janete Capiberibe - AP (7,28,18,41)
PDT	
Giovani Cherini - RS (7)	1. Miro Teixeira - PROS/RJ (7)
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho - PV/MA (7)	1. VAGO (39)
PTB (1)	
Jandira Feghali - PCdoB/RJ (7,8)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP (10)

Notas:

* Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2. Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

3. Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

4. Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

5. Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

6. Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7. Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

8. Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

9. Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

10. Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

11. Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12. Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

13. Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
14. Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
15. Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
16. Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
17. Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
18. Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
19. Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011-GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
20. Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático? PSD.
21. Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
22. Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
23. Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
24. Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
25. Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
26. Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
27. Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
28. Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
29. Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
30. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
31. Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
32. Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
33. Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
34. Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
35. Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
36. Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
37. Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
38. Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
39. Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados.
40. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas ? DEM.
41. Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
42. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
43. Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
44. Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade ? PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
45. Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
46. Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
47. Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
48. Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
49. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.
50. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas. Câmara dos Deputados

51. - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
52. Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
53. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas ? DEM.
54. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
55. Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
56. Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
57. Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008).
58. Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
59. Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
60. Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.
61. Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)
62. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
63. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
64. Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 538, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
65. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.
66. Designado, como membro titular, o Senador Anibal Diniz, em vaga existente, em 4-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 81, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião - PMDB/PR ⁽³⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Fleury ^(1,8,10,9)	1. Jayme Campos - DEM/MT ^(4,5,6,7,1)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSOL	
Randolfe Rodrigues - AP ⁽²⁾	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

2. Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

3. Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.

5. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

6. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

7. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.
8. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
9. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
10. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999) (Resolução nº 02, de 2013-CN)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ^(3,4,6,10)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) ^(4,10)

Atualização: 22/11/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) ^(9)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) ^(12)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI) ^(11)

SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ^(1)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Moraes (DEM/GO) ^(2,7,16,13,14)
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) ^(5)
Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ^(15)
Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^(8)

Notas:

1. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3. Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 ? CRE).
4. O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
5. Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.
6. Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.
7. Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
8. Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.
9. Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.
10. Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.
11. Em 7-4-2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.
12. Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

13. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

14. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Morais licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

15. Em 11.11.2014, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é indicado para ocupar a vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, conforme o Ofício S/N, de 2014, assinado pelos Líderes do PSDB e DEM.

16. Senador Wilder Morais reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014).

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Kátia Abreu - PMDB/TO ⁽⁴⁾	1. Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE ⁽⁴⁾
Ana Amélia - PP/RS ⁽⁴⁾	2. Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽⁴⁾
Ricardo Ferraço - PMDB/ES ⁽⁴⁾	3. VAGO
Paulo Davim - PV/RN ⁽⁴⁾	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Ana Rita - PT/ES ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽³⁾
Angela Portela - PT/RR ⁽³⁾	2. João Capiberibe - PSB/AP ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM ⁽³⁾	3. Eduardo Suplicy - PT/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Eduardo Amorim ^(5,6)	1. Gim - PTB/DF ⁽⁵⁾
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. Lúcia Vânia - PSDB/GO ⁽²⁾
VAGO	2. VAGO
PROS ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

3. Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4. Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

5. Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 15, de 2012

Finalidade: Elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o DF, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria ⁽²⁾ (PV, PSD, PMDB, PP)	
Vital do Rêgo - PMDB/PB ⁽⁵⁾	1. Francisco Dornelles - PP/RJ ⁽⁵⁾
Eunício Oliveira - PMDB/CE ⁽⁵⁾	2. Garibaldi Alves - PSB/DF ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,14)	3. VAGO ^(12,5)
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Rodrigo Rollemberg - PSB/DF ⁽³⁾	1. Pedro Taques - PDT/MT ⁽⁷⁾
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽³⁾	2. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽⁷⁾
Paulo Paim - PT/RS ^(3,7)	3. Eduardo Suplicy - PT/SP ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,10)
Wilder Moraes - DEM/GO ^(6,3,15,16,18)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim - PTB/DF ^(4,17)
Gim - PTB/DF ⁽⁴⁾	2. João Vicente Claudino - PTB/PI ⁽⁴⁾
PSD ⁽¹⁾	
Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾	1. VAGO ^(9,3,8,13)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PMDB	
Leandro Vilela - GO ⁽¹¹⁾	1. Geraldo Resende - MS ⁽¹¹⁾
Luiz Pitiman - PSDB/DF ⁽¹¹⁾	2. Sandro Mabel - GO ⁽¹¹⁾
PSDB	
VAGO	1. VAGO
PP	
Roberto Britto - BA ⁽¹¹⁾	1. Toninho Pinheiro - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Augusto Coutinho - SD/PE ⁽¹¹⁾	1. João Bittar - MG ⁽¹¹⁾
PR	
VAGO	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho - SD/DF ⁽¹¹⁾	1. VAGO
PTB ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Conforme Ofícios nos 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
3. Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
4. Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim Argello, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
5. Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
6. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
7. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
8. Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
9. Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
10. Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
11. Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
12. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
13. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
14. Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).

15. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
16. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
18. Senador Wilder Moraes reassume o cargo de Senador, em 17.11.2014, após licença (Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014)).

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): (61) 3303-3490

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATN Nº 1, DE 2013 - REFORMA DO REGIMENTO COMUM

Ato Conjunto nº 1, DE 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 12/03/2013

Prazo final prorrogado: 11/07/2013

Prazo final prorrogado: 09/09/2013

Prazo final prorrogado: 23/12/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Deputado Mendonça Filho (DEM/PE)
Deputado Júlio Delgado (PSB/MG)
Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Lobão Filho (PMDB/MA)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Notas:

*. Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

**. Prazo final prorrogado para 11/07/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

***. Prazo final prorrogado para 09/09/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

****. Prazo final prorrogado para 23/12/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

*****. Prazo final prorrogado para 22/12/2014, nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Fax: 33031176

E-mail: antilossio@senado.gov.br

**ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO
FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF.**

Ato Conjunto nº 2, de 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: Consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 02/04/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Romero Jucá - PMDB/RR	1. Kátia Abreu - PMDB/TO ^(3,4)
Vital do Rêgo - PMDB/PB	2. Waldemir Moka - PMDB/MS ⁽³⁾
Walter Pinheiro - PT/BA ⁽⁸⁾	3. Ruben Figueiró - PSDB/MS ⁽⁷⁾
Pedro Taques - PDT/MT	4. Wellington Dias - PT/PI ⁽¹¹⁾
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP	5. Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹³⁾	6. VAGO
Ana Amélia - PP/RS ⁽³⁾	7. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Cândido Vaccarezza - PT/SP	1. Reinaldo Azambuja - PSDB/MS ⁽⁵⁾
Edinho Araújo - PMDB/SP	2. Moreira Mendes - PSD/RO ⁽⁶⁾
Eduardo Barbosa - PSDB/MG ⁽²⁾	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽⁸⁾
Sergio Zveiter - PSD/RJ	4. Júlio Delgado - PSB/MG ⁽⁹⁾
Arnaldo Jardim - PPS/SP	5. Abelardo Lupion - DEM/PR ^(9,12)
Miro Teixeira - PROS/RJ	6. Antonio Brito - PTB/BA ⁽⁹⁾
João Maia - PR/RN ⁽⁵⁾	7. Benedita da Silva - PT/RJ ^(9,10)

Notas:

*. Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

**. Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

***. Prazo final recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

1. Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto, de 2103.

2. Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

3. Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

4. Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático? PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 ? GSKAAB.

5. Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

6. Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 03-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

7. Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

8. Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

9. Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014 (DSF 12-03-2014)

10. Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

11. Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 30 de abril de 2014 (DSF 17-6-2014), ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristovan Buarque, como membros suplentes, em vagas existentes.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Abelardo Lupion, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 291, de 2014, da Liderança do DEM.

13. Vago em razão da reassunção da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.

Secretário: Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 61 33033511 **Fax:** 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CPMI do Metrô

Requerimento nº 4, de 2014-CN

Finalidade: Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 14 Senadores e 14 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 16/07/2014

Instalação: 06/08/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Sérgio Petecão - PSD/AC
Ivonete Dantas - PMDB/RN	2. Paulo Davim - PV/RN
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO
João Alberto Souza - PMDB/MA ⁽⁴⁾	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Wellington Dias - PT/PI ⁽⁵⁾	1. Humberto Costa - PT/PE
Eduardo Suplicy - PT/SP	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Acir Gurgacz - PDT/RO	3. Jorge Viana - PT/AC
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda - PSDB/GO	1. Cícero Lucena - PSDB/PB
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. Lúcia Vânia - PSDB/GO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
Gim - PTB/DF	1. Eduardo Amorim - PR/MT ⁽¹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Blairo Maggi - PR/MT ⁽²⁾
PSB	
Antonio Carlos Valadares - SE	1. João Capiberibe - AP
PROS	

TITULARES	SUPLENTES
Ataídes Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Dr. Rosinha - PR	1. Carlos Zarattini - SP
Renato Simões - SP	2. Paulo Teixeira - SP
PMDB	
Alexandre Santos - RJ	1. Fábio Trad - MS
José Priante - PA	2. Manoel Junior - PB
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Marcos Montes - MG
Guilherme Campos - SP	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	1. Bruno Araújo - PE
PP	
Luiz Fernando Faria - MG	1. Marcio Junqueira - PROS/RR
PR	
Bilac Pinto - MG	1. Jânio Natal - PRP/BA
PSB	
Dr. Ubiali - SP	1. Keiko Ota - SP
DEM	
Alexandre Leite - SP	1. VAGO
SD	
Fernando Francischini - PR ⁽⁶⁾	1. Carlos Manato - ES
PTB	
Eros Biondini - MG	1. Sabino Castelo Branco - AM
PCdoB	
Delegado Protógenes - SP	1. Gustavo Petta - SP

Notas:

1. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
2. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 545, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
3. Vago em virtude do Senador Casildo Maldaner ter declinado de sua indicação, conforme Of. 174, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
4. Designado, como membro titular, o Senador João Alberto Souza, em vaga existente, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Dias, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 69, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Francischini, em substituição ao Deputado Wladimir Costa, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 271, de 2014, da Liderança do SD.
7. Vago em virtude do Senador Benedito de Lira ter declinado de sua indicação, conforme Of. 58, de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria.
8. Vago em razão da reassunção da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO - REINILSON PRADO

Telefone(s): 61 3033511/3492 **Fax:** 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

CPMI RQN nº 3, de 2014

Requerimento nº 3, de 2014-CN

Finalidade: Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa ?SMB Offshore?; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL**

CPMI Petrobras

Requerimento nº 2, de 2014-CN

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF)

RELATOR: Deputado Marco Maia (PT-RS)

Designação: 27/05/2014

Instalação: 28/05/2014

Prazo final: 23/11/2014

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
João Alberto Souza - PMDB/MA	1. Ivonete Dantas - PMDB/RN ⁽²⁷⁾
Valdir Raupp - PMDB/RO	2. VAGO
Vital do Rêgo - PMDB/PB	3. VAGO
Sérgio Petecão - PSD/AC	4. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	5. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel - PT/CE	1. Jorge Viana - PT/AC
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Humberto Costa - PT/PE	3. Ana Rita - PT/ES
Acir Gurgacz - PDT/RO	4. Paulo Paim - PT/RS
Anibal Diniz - PT/AC	5. Wellington Dias - PT/PI
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Aureliano - PSDB/MG ^(16,12)	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Mário Couto - PSDB/PA	2. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Jayme Campos - DEM/MT	3. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, SD, PSC, PR)	
VAGO ⁽²⁵⁾	1. Eduardo Amorim - PTB/DF ⁽⁹⁾
Gim - PTB/DF	2. Blairo Maggi - PR/MT ⁽¹¹⁾
PROS	
Ataídes Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Marco Maia - RS	1. Afonso Florence - BA
Sibá Machado - AC	2. Iriny Lopes - ES
PMDB	
Sandro Mabel - GO ⁽⁴⁾	1. João Magalhães - MG
Lucio Vieira Lima - BA	2. Eduardo Cunha - RJ ⁽⁴⁾
PSD	
André de Paula - S/PARTIDO/PE ⁽²⁸⁾	1. Jaime Martins - MG
José Carlos Araújo - BA	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Antonio Imbassahy - BA ^(22,26,5,7,14,15,24)	1. Izalci - DF
PP	
Aguinaldo Ribeiro - PB	1. José Otávio Germano - RS
DEM	
Rodrigo Maia - RJ ^(21,3,2,13,20)	1. Onyx Lorenzoni - RS ^(17,10,3,23,8,13,6)
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos - MG	1. João Carlos Bacelar - BA ⁽¹⁾
PSB	
Júlio Delgado - MG	1. Alexandre Roso - RS
SD	
Fernando Francischini - PR	1. Augusto Coutinho - PE ⁽¹⁹⁾
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno - PPS/PR	1. Eurico Júnior - PV/RJ
PTB	
Arnaldo Faria de Sá - SP	1. Antonio Brito - BA
PROS	
Ronaldo Fonseca - DF ⁽¹⁸⁾	1. Hugo Leal - RJ
PDT	
Enio Bacci - RS	1. Marcos Rogério - RO

Notas:

1. Em 3-6-2014 (Sessão do Senado Federal), designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos dos Ofício nº 214/2014 do PR.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.
4. Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 667, de 2014, da Liderança do PMDB.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM.
7. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.

8. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.
9. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
10. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 30-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 245, de 2014, da Liderança do DEM.
11. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 544, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
12. O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.
13. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do DEM.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 804, de 2014, da Liderança do PSDB.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antônio Imbassahy, em 19-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 808, de 2014, da Liderança do PSDB.
16. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Aureliano, em substituição Alvaro Dias, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 66, de 2014, da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 263, de 2014, da Liderança do DEM.
18. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Fonseca, em substituição ao Deputado Márcio Junqueira, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 120, de 2014, da Liderança do PROS.
19. Designado, como membro suplente, o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Simplicio Araújo, em 14-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 321, de 2014, da Liderança do SD.
20. Designado, como membro titular, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 22-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 281, de 2014, da Liderança do DEM.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 282, de 2014, da Liderança do DEM.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 874, de 2014, da Liderança do PSDB.
23. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 264, de 2014, da Liderança do DEM.
24. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 5-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 905, de 2014, da Liderança do PSDB.
25. Vago em virtude de o Senador Antonio Carlos Rodrigues não exercer mais o mandato, devido ao retorno da titular, Senadora Marta Suplicy, em 13-11-2014.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 17-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 924, de 2014, da Liderança do PSDB.
27. Designada, como membro suplente, a Senadora Ivonete Dantas, em vaga existente, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 107, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
28. Designado, como membro titular, o Deputado André de Paula, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 527, de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: ROGÉRIO FALEIRO MACHADO
Telefone(s): 61 33033490 Fax: 6133031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**Conselho da Ordem do Congresso Nacional****(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)****(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)****COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)
1º Vice-Presidente Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)
2º Vice-Presidente Deputado Fábio Faria (PSD/RN)
1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)
2º Secretário Deputado Simão Sessim (PP/RJ)
3º Secretário Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)
4º Secretário Deputado Biffi (PT/MS)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Vicente Candido (PT/SP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
2º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
3º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
4º Secretário Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Morais (DEM/GO) ⁽¹⁾
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

Atualização: 18/08/2014**Notas:**

1. O Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Newton Lima (PT-SP)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Deputado Renato Molling (PP-RS)⁽¹⁾

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
André Zacharow - PR	1. Lelo Coimbra - ES
Íris de Araújo - GO	2. Osmar Serraglio - PR
Marçal Filho - MS	3. Ronaldo Benedet - SC
Raul Henry - PE	4. Valdir Colatto - SC
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	1. VAGO ⁽²⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	2. Carlos Sampaio - SP ⁽⁷⁾
VAGO ^(9,4,8)	3. VAGO
PSD	
Geraldo Thadeu - MG	1. Átila Lins - AM
Hugo Napoleão - PI	2. Dr. Luiz Fernando - AM
Raul Lima - PP/RR	3. Eleuses Paiva - SP
PP	
Dilceu Sperafico - PR	1. Luis Carlos Heinze - RS
Renato Molling - RS	2. Renato Andrade - MG
PSB	
Jose Stédile - RS	1. Beto Albuquerque - RS
Paulo Foletto - ES ⁽¹²⁾	2. Leopoldo Meyer - PR
PR	
Wellington Fagundes - MT	1. Henrique Oliveira - SD/AM
DEM	
Júlio Campos - MT	1. VAGO
PDT	
Vieira da Cunha - RS	1. Sebastião Bala Rocha - SD/AP
PTB	
Paes Landim - PI	1. Jorge Côrte Real - PE
Bloco PV, PPS	
Roberto Freire - PPS/SP	1. Antônio Roberto - PV/MG
PSC	

TITULARES	SUPLENTE
Nelson Padovani - PR	1. Takayama - PR
PCdoB	
João Ananias - CE	1. Chico Lopes - CE
PRB	
George Hilton - MG	1. Vitor Paulo - RJ
PTdoB	
Luis Tibé - MG	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria	
Pedro Simon - PMDB/RS	1. Casildo Maldaner - PMDB/SC
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Valdir Raupp - PMDB/RO
Ana Amélia - PP/RS	3. Gim - PTB/DF ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo	
Eduardo Suplicy - PT/SP	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽³⁾
Paulo Paim - PT/RS	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽³⁾	3. Humberto Costa - PT/PE
Bloco Parlamentar da Minoria	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB
Fleury ^(15,16)	2. Jayme Campos - DEM/MT
Bloco Parlamentar União e Força	
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽¹⁰⁾	1. Fernando Collor - PTB/AL
Luiz Henrique - PMDB/SC ⁽⁶⁾	2. Eduardo Amorim - PT/RJ

Atualização: 21/08/2014

Notas:

10. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.

11. Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.

12. Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

13. Vago em virtude de a Deputada Iara Bernardi ter sido indicada para a vaga do Partido dos Trabalhadores como membro titular, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

14. A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.

15. O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

16. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 21.08.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes, nos termos do Of.º 016/14-GLDEM, de 05.08.2014, lido na sessão do Senado Federal desta data.

1. Eleitos na reunião realizada em 21.03.2013.

2. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

3. Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

4. Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado o seu desligamento, conforme Of.º 759/2013-PSDB.

5. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

6. O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.

7. O Dep. Carlos Sampaio foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.º 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.

8. O Dep. Luiz Carlos Hauly foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB.

9. Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu afastamento, conforme Of.º 018, de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

Conselho de Comunicação Social**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991****Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013****COMPOSIÇÃO****Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.****PRESIDENTE:** Dom Orani João Tempesta ^(2)**VICE-PRESIDENTE:** Fernando César Mesquita ^(2)**Eleição Geral:** 05/06/2002**Eleição Geral:** 22/12/2004**Eleição Geral:** 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Daniel Pimentel Slaviero
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Alexandre Kruehl Jobim	Lourival Santos
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	VAGO ^(3)
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Jorge Coutinho	Mário Marcelo
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva	Pedro Pablo Lazzarini
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Angelo Cançado	Wrana Panizzi
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Pedro Rogério Couto Moreira
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	VAGO ^(1)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro Filho	Victor José Cibelli Castiel (Zé Victor Castiel)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Leonardo Petrelli

Atualização: 13/03/2013

Notas:

1. Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3. Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013

COMISSÕES DE TRABALHO

1 - V. Comissão de Publicidade e Propaganda

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Maria José Braga (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

2 - III. Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))

Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

3 - IV. Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

4 - I. Comissão de Marco Legal e Regulatório do Setor das Comunicações

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))

Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

5 - II. Comissão de Tecnologia de Informação e Comunicação

Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

CCSCN@senado.leg.br

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

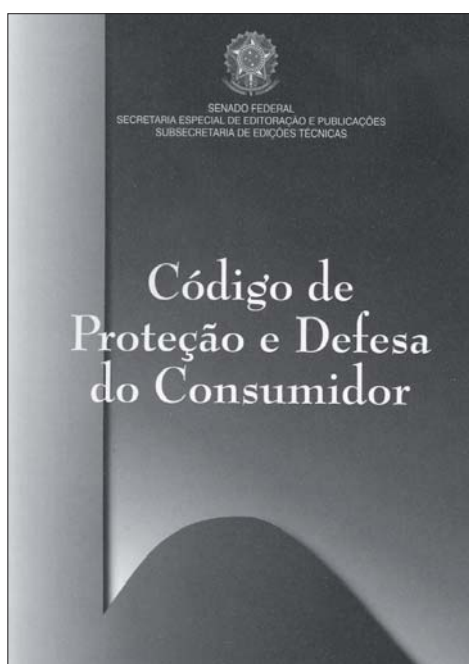
Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 66 páginas
(O.S. 14814/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

